

Estratégia e Plano de Acção Nacional para o Desenvolvimento das Capacidades na Gestão Ambiental Global em Cabo Verde





**AUTO - AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES NACIONAIS PARA A
GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL (NCSA - GEM)**



***ESTRATEGIA E PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES NA GESTÃO
AMBIENTAL GLOBAL EM CABO VERDE***

Documento FINAL

PRAIA, Setembro / 07

**Elaborado pelos Consultores:
*Charles Yvon Rocha & Arlinda Duarte Neves***

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	5
LISTA DOS QUADROS E FIGURAS	8
RESUMO EXECUTIVO	9
AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	12
CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO NO ÂMBITO DO PROCESSO NCSA	12
OBJECTIVOS DO ESTUDO	13
ABORDAGEM METODOLÓGICA DO EPAN-NCSA	13
CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PAÍS	14
2. CABO VERDE, GESTÃO GLOBAL AMBIENTAL E NCSA	15
ANALISE DA SITUAÇÃO	15
1. CONTEXTO HISTÓRICO	15
2. VULNERABILIDADE AMBIENTAL	18
3. INTERLIGAÇÃO ENTRE PROBLEMAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES	19
1ª PARTE	
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES NA GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL	20
1. CONCEITOS BASICOS	20
2. VISÃO ESTRATÉGICA	25
3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS NACIONAIS	25
4. EIXOS PRIORITARIOS PARA DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES NA GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL	29
5. PROCESSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATEGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES	38
2A PARTE	PLANO
DE ACÇÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES NA GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL	47

1. INTRODUÇÃO	47
2. VISÃO	48
3. OBJECTIVOS	48
4. RESULTADOS	49
5. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO EM FUNÇÃO DOS PARCEIROS / ACTORES	49
5.1. ASPECTOS PRÁTICOS DO REFORÇO DAS CAPACIDADES	49
5.2. GÉNERO DE ACÇÕES	50
5.3. DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS : ORÇAMENTO INDICATIVO, CRONOGRAMA , INDICADORES E REQUISITOS	50
6. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO NCSA	57
6.1. ENQUADRAMENTO	57
6.2. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	58
6.3. ESTRATÉGIA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	59

3ª PARTE	ARRANJOS
<u>INSTITUCIONAIS PARA COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO</u>	
<u>EPAN-NCSA</u>	61

1. DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES E ARRANJOS INSTITUCIONAIS	61
2. IDENTIFICAÇÃO DOS ACTORES / PARCEIROS – CHAVES	62
3. POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO EPAN-NCSA	73
3.1. INTRODUÇÃO	73
3.2. PROPOSTAS DE ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	73
4. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO EPAN-NCSA	74
4.1. REQUISITOS	74
4.2. PROPOSTAS	74

<u>RECOMENDAÇÕES</u>	76
-----------------------------	-----------

<u>CONCLUSÃO GERAL</u>	76
-------------------------------	-----------

<u>BIBLIOGRAFIA</u>	78
----------------------------	-----------

SIGLAS E ABREVIATURAS

CCD	Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação
CBD	Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade
CCC	Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
COP	Conferencia das Partes País
NCSA - GEM	Auto - Avaliação das capacidades nacionais para a gestão global do ambiente
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
SEPA	Secretariado Executivo para o Ambiente
DGA	Direcção Geral do Ambiente
CNA	Conselho Nacional para o Ambiente
DGASP	Direcção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
GEF (FAM)	Global Environment Facility (Fundo para o Ambiente Mundial)
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MEA	Millenium Eco system Assessment
NEPAD	Novo Partenariado para o Desenvolvimento da África
GPO/GPR	Gestão por Objectivos / Gestão por Resultados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
GOP	Grandes Opções do Plano
PAN-CCD	Plano de Acção Nacional – CCD
EPAN-CBD	Estratégia e Plano de Acção Nacional - CBD
EPAN-MC	Estratégia e Plano de Acção Nacional – MC
EPAN-SA	Estratégia e Plano de Acção Nacional – Segurança Alimentar
PANA II	II Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PAIS	Plano Ambiental Intersectorial
PAM	Plano Ambiental Municipal
DD	Desenvolvimento Durável
DSCRIP	Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.
MC	Mudanças Climáticas
S & A	Seguimento e Avaliação
ROSELT	Réseau d'Observation e de Suivi Ecologique à Long Terme
SID	Sistema de Informação sobre a Desertificação

SIG	Sistema de Informação Geográfico
GRN	Gestão dos Recursos Naturais
IEC	Informação, Educação e Comunicação
SIA	Sistema de Informação para o Ambiente
LCD	Luta contra a Desertificação
CSA	Conservação Solos e Água
LCP	Luta contra a Pobreza
PF	Pontos Focais
PMLCD	Programa Municipal de Luta contra a Desertificação
AGR	Actividades Geradores de Rendimentos
SIDS	Pequenos Estados Insular em Desenvolvimento
AMA	Acordos Multilaterais para Ambiente
AOSIS	Aliança dos Pequenos Estados Insulares
GEE	Gases com efeito de Estufa
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos
CNI	Comunicação Nacional Inicial
SCN	Segunda Comunicação Nacional
OMM	Organização Meteorológica Mundial
MDL	Mecanismo do Desenvolvimento Limpo
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
SNU	Sistema das Nações Unidas
MCA	Milenium Challenge Account
DGP	Direcção Geral do Planeamento
DGC	Direcção Geral de Comércio
DGI	Direcção Geral da Industria
DGT	Direcção Geral do Turismo
NOAA	National Oceanographic and Atmospheric Administration
IWDG	Irish Whale and Dolphin Group
DGCI	Direcção Geral da Cooperação Internacional
DMAA	Delegação do Ministério de Agricultura e Ambiente
DGASP	Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGOT	Direcção Geral do Ordenamento do Território
DGT	Direcção de Turismo
CUS -BD	Conservação e utilização sustentável da biodiversidade
CM	Câmara Municipal

CITES	Convenção Internacional para o Comercio de Espécies da Flora e Fauna Selvagem
BD	Biodiversidade
RAMSAR	Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Ramsar)
LBA	Lei de Base do Ambiente
PNGRP	Plano Nacional de Gestão das Pescas
PGIPE	Projecto gestão integrada e participativa de ecossistemas
PRCM	Programa Regional Conservação da Zona Costeira e Meio Marinho da Africa Ocidental
PCMC	Projecto Conservação Marinha e Costeira
INFARMA	Laboratórios INFARMA, Industria Farmacêutica SARL
ISECMAR	Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
INDP	Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas
OVM	Organismos Vivos Modificados
IUCN	União Mundial para a Natureza
FIBA	Fundação Internacional do Banco de Arguin
WI	Wetland International
UNOTUR	União nacional de operadores turísticos
RN	Recursos naturais
SGAE	Sistema de gestão ambiental empresarial
EIA	Estudos de impacto ambiental
AMP	Área Marinha Protegida
ETMA	Equipas técnicas municipais ambientais

LISTA DOS QUADROS E FIGURAS

Nº	Título	Página
----	--------	--------

Quadros

1	Problemas ambientais prioritários em Cabo Verde	14
2	Paradigma cartesiano VS paradigma da sustentabilidade	18
3	Visão geral da gestão ambiental	18
4	Benefícios da gestão ambiental	19
5	Resumo das Orientações Estratégicas da política ambiental do PANA estratégico	27
6	Resumo das Orientações Estratégicas da política ambiental do PANA II	28
7	Eixos de Orientação prioritários no domínio das Convenções do Rio	29
8	Linhas de orientações prioritárias	30
9	Domínios prioritários : orçamento, cronograma, indicadores e requisitos	46-51
10	Actores / Parceiros – chaves para apoiar na implementação do EPAN-NCSA	57-65

Figuras

1	Triângulo de vulnerabilidade básica de Cabo Verde	15
2	As cinco dimensões da sustentabilidade	17
3	Espiral do Sistema de Gestão Ambiental	20
4	Estratégia de Transformação Económica de Cabo Verde	23
5	Construindo os sectores para um crescimento de base alargada	25
6	Visão estratégica do processo de DC no âmbito do NCSA	25
7	Processo NCSA – Etapas	52
8	EPAN – NCSA – Processo faseado	53
9	Proposta de um mecanismo de coordenação e implementação do EPAN-NCSA	68

RESUMO EXECUTIVO

- A ligação entre a Gestão Ambiental Global e o Desenvolvimento Durável é capital para um país como Cabo Verde. Os “cenários” de desenvolvimento humano e económico, tendo em conta a vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), devem ser bem avaliados e implementados com uma visão estratégica integrada, sinérgica e de longo prazo.

- É necessário ultrapassar as políticas e traduzir essas políticas em acções práticas e concretas, principalmente em acções de capacitação em gestão ambiental, é assim que surge o projecto NCSA-GEM para desenvolver as capacidades nacionais em termos individuais, institucionais e sistémico, nos domínios prioritários das Convenções Internacionais de Rio e, conseqüentemente reforçar a implementação do PANA II enquanto instrumento nacional para a gestão do ambiente.

- A implementação das Convenções Internacionais do Rio revela muitas interacções, semelhanças e intersecções. A sua compreensão e apreensão através de uma abordagem coordenada são susceptíveis de melhorar a eficácia e eficiência. As ligações existentes entre as convenções devem ser entendidas como *oportunidades* favorecendo a implementação de acções concretas. A implementação das obrigações ou engajamentos das convenções necessita fortes capacidades nacionais e locais de acordo com a importância dos seus objectivos. As Convenções Internacionais já foram implantadas em Cabo Verde há vários anos; no entanto, o problema da coordenação das suas implementações quer separada ou sinérgica não teve ainda solução, revelando se necessário a elaboração de uma Estratégia e Plano de Acção para o Desenvolvimento das Capacidades.

- A abordagem utilizada, de acordo com a metodologia e orientações do projecto NCSA, foi a análise de toda a documentação existente sobre as três Convenções (CCD, CBD; CCC), Gestão Ambiental, Estratégias Nacionais de Desenvolvimento, DCRP, Planos de Acção Nacionais, CCD, CBD, CCC, PANA II, Guia Metodológico do NCSA-GEF, Modelos existentes em outros países, Perfis Temáticos e Estudo de Transversalidade e Sinergia entre as três Convenções do Rio em Cabo Verde, entre outros.

Também priorizou se a abordagem participativa e pró-activa com os diferentes actores e parceiros técnicos e financeiros, através de realizações de sessões de trabalho, jornadas e ateliers a nível central e descentralizado.

- Para que haja uma implementação efectiva do EPAN-NCSA, recomenda-se :

- Garantir um suporte de político de alto nível para a gestão do processo (*playdoyer/lobbying junto das mais altas autoridades governamentais do país e dos parceiros estratégicos de desenvolvimento*);
- Escolher a opção para a estrutura de coordenação e implementação do EPAN-NCSA ou a combinação das opções apresentadas;

- Elaborar os TDR para a organização ou entidade líder do processo de coordenação implementação do EPAN-NCSA, incluindo todos os requisitos organizacionais e operacionais;
- Elaborar e divulgar brochuras NCSA de informação sobre as (oportunidades) das Convenções de Rio e um Manual de Procedimentos integrando o papel e responsabilidades dos actores/parceiros chaves no desenvolvimento das capacidades para a gestão ambiental;
- Procurar fundos para a instalação da estrutura/organização responsável pela implementação do EPAN-NCSA e procurar fundos operacionais para as acções específicas propostas no Plano. Algumas fontes de financiamento podem ser abordadas nomeadamente: (1) Os orçamentos nacionais; (2) Fundos e programas País – do sistema das NU; (3) Fundos do GEF; (4) Fundo para o Ambiente; (5) Mecanismos financeiros Inovadores no âmbito das Convenções.

- A sustentabilidade da implementação do EPAN no âmbito do processo NCSA é condicionada por alguns riscos, nomeadamente:

- Mudanças ou revisões institucionais;
- Necessário enquadramento no novo sistema de gestão para o apoio orçamental com obrigação de apresentação de resultados sustentáveis;
- Capacidade de resposta do País tendo em conta a sua graduação para PDM;
- Consistência e viabilidade a longo prazo das Convenções do Rio.

Esses riscos devem ser deliberadamente considerados nas opções governamentais, em como as capacidades prioritárias podem ser desenvolvidas, os mecanismos de sustentabilidade e mobilização de fundos podem ser alargados/ampliados e o desenho do sistema de seguimento e avaliação nacional pode ser implementado de forma a permitir a avaliação do progresso do desenvolvimento das capacidades no país.

Esses riscos poderão ser mitigados para a sustentabilidade do Processo NCSA através de implementação de : (1) Uma estratégia NCSA de Mobilização de Recursos; (2) Uma Estratégia de Comunicação e Integração Estratégica do NCSA com o SIA e IEC; (3) Uma Estratégia PAN-NCSA para a investigação integrada, interdisciplinar e sustentável.

AGRADECIMENTOS

Concluindo esta fase do processo EPAN-NCSA, os Consultores queiram exprimir os seus profundos agradecimentos a todos quantos contribuíram e apoiaram na finalização deste documento.

Em primeiro lugar, a todos os actores / parceiros nacionais e locais que participaram activamente e numa forma dinâmica no processo.

Em segundo lugar, a Direcção Geral do Ambiente - MAA e ao EFPNU em Cabo Verde os melhores agradecimentos pela colaboração e apoio técnico dispensados.

INTRODUÇÃO

Contextualização do estudo no âmbito do processo NCSA

- Os desafios do Ambiente Mundial mobilizam, desde há varias décadas, a comunidade internacional. A iniciativa condutora da estratégia de luta da comunidade internacional apareceu sob forma de Desenvolvimento Durável, lançado em Estocolmo em 1972, e confirmado na Conferência de Rio em 1992, através do consenso à volta dos princípios, recomendações e acções da *Agenda 21* e, sobretudo das Convenções Internacionais, como nova abordagem da problemática do ambiente mundial.

Cabo Verde, para confirmar a sua participação na luta contra as ameaças ambientais planetários, ratificou as principais convenções internacionais e comprometeu-se a implementá-las através de estratégias e planos de acção.

A ligação entre a Gestão Ambiental Global e o Desenvolvimento Durável é capital para um país como Cabo Verde. Os “cenários” de desenvolvimento humano e económico, tendo em conta a vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), devem ser bem avaliados e implementados com uma visão estratégica integrada, sinérgica e de longo prazo.

- É necessário ultrapassar as políticas e traduzir essas políticas em acções práticas e concretas, principalmente em acções de capacitação em gestão ambiental, é assim que surge o projecto NCSA-GEM para reforçar as capacidades nacionais em termos individuais, institucionais e sistémico, nos domínios prioritários das Convenções Internacionais de Rio e, conseqüentemente reforçar a implementação do PANA II enquanto instrumento nacional para a gestão do ambiente.

- A implementação das Convenções Internacionais do Rio revela muitas interacções, semelhanças e intersecções. A sua compreensão e apreensão através de uma abordagem coordenada são susceptíveis de melhorar a eficácia e eficiência. As ligações existentes entre as convenções devem ser entendidas como *oportunidades* favorecendo a implementação de acções concretas. A implementação das obrigações ou engajamentos das convenções necessita fortes capacidades nacionais e locais de acordo com a importância dos seus objectivos. As Convenções Internacionais já foram implantadas em Cabo Verde há vários anos; no entanto, o problema da coordenação das suas implementações quer separada ou sinérgica não teve ainda solução.

Portanto, convém fazer:

1. Uma análise temática e transversal dos pontos fortes e dos pontos fracos da implementação das Convenções Internacionais de Rio;
2. Uma avaliação das necessidades de reforço das capacidades nacionais para implementação integrada e sinérgica das Convenções de Rio (CCD, CBD, CCC);
3. Uma avaliação das necessidades prioritárias de reforço das capacidades nacionais em Gestão Ambiental Global
4. Um estudo para apresentação de uma Estratégia e Plano de Acção para o Desenvolvimento das Capacidades

- Neste contexto, o projecto NCSA - GEM, que traduz a vontade do Governo Cabo-verdiano em dar uma importância particular ao reforço das capacidades nacionais, constitui uma oportunidade estratégica para Cabo verde, com o apoio do PNUD - GEF, para reforçar duradouramente as suas

capacidades nacionais para a implementação integrada e sinérgica das três (3) Convenções Internacionais de Rio (CCD, CBD, CCC), no âmbito duma estratégia e plano de acção para a Gestão Ambiental em Cabo Verde.

Objectivos do estudo

- O Objectivo principal presente estudo é de “*contribuir para a elaboração de uma **Estratégia e Plano de Acção** para o Desenvolvimento das Capacidades para a gestão nacional e global do ambiente em Cabo Verde, no âmbito dos Acordos Multilaterais para o Ambiente*”.

Os objectivos específicos, de acordo com os Termos de Referencia do NCSA, são os seguintes :

- Proceder a uma análise aprofundada dos constrangimentos e das necessidades prioritárias em DC no âmbito das 3C (sistémico, institucional, individual) ;
- Avaliar o impacte do sector ambiental e ligações com as necessidades do país em DC no quadro das estratégias e políticas económicas e sociais;
- Definir as orientações estratégicas e um Plano de Acção da DC para o médio prazo;
- Propor um quadro institucional de coordenação e de parceria assim como os arranjos institucionais para a implementação da Estratégia e Plano de Acção;
- Definir mecanismos operacionais de implementação, seguimento e avaliação;
- Estabelecer uma avaliação financeira do Plano de Acção para a primeira fase de cinco anos.

Abordagem metodológica do EPAN-NCSA

- De acordo com a metodologia e orientações do projecto NCSA estes documentos são o resultado da 5ª fase, para a elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção NCSA. Tendo como ponto de partida a elaboração dos perfis temáticos CBD, CCC e CCD e a Análise transversal das três Convenções do Rio.

- A abordagem utilizada foi a análise de toda a documentação existente sobre as três Convenções (CCD, CBD; CCC), Gestão Ambiental, Estratégias Nacionais de Desenvolvimento, DCRP, Planos de Acção Nacionais, CCD, CBD, CCC, PANA II, Guia Metodológico do NCSA-GEF, Modelos existentes em outros países, entre outros.

- A realização de entrevistas e a recolha de informações através da realização de jornadas e ateliers a nível de alguns municípios – chaves: os consultores animaram algumas sessões de trabalho, três (3) jornadas – mesa redonda regionais no Tarrafal, em S. Domingos (Santiago) e no Mindelo (S. Vicente) e dois ateliers nacionais Mindelo - S. Vicente (8 e 9 de Fevereiro 2007) e Praia – Santiago (01 de Março 2007) para aprofundar o entendimento das questões ligadas aos perfis temáticos e avaliar as

necessidades prioritárias de reforço das capacidades nacionais no quadro das três Convenções (CCD, CBD,CCC) e no âmbito da Gestão Ambiental.

- As sessões de trabalho foram realizadas com responsáveis de instituições públicas, privadas e ONGs, estruturas directamente envolvidas nas questões de ambiente.

Os ateliers incluíram diferentes actores e parceiros técnicos e financeiros tais como representantes da administração central, do poder local, do sector privado e da sociedade civil.

- Ateliers de preparação da Estratégia Nacional e Plano de Acção NCSA (Praia e Mindelo : 13-14 de Junho e 18-19 de Junho 2007) : Definição de Critérios para Priorização das Acções de Reforço das Capacidades – Proposta de Estratégia de implementação das acções e mobilização de recursos.

- Apoio do EFPNU Cabo Verde e Unidade Regional de Coordenação em Dakar (disponibilização de documentos / suportes, assistência técnica de um consultor internacional, atelier regional NCSA, rede de intercâmbios...).

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. Características gerais do país

Cabo Verde é um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS). É um arquipélago constituído por dez ilhas e treze ilhéus, situa-se a cerca de 450 Km² do Senegal. Tem uma superfície de 4033 Km² e uma Zona Económica Exclusiva estimada em 700 mil Km².

Segundo o Censo de 2000 em Cabo Verde a população residente era de 434.625 indivíduos, sendo 68,7% com idade inferior a 30 anos. A taxa de crescimento demográfico foi, na última década, de 2.4% ao ano, sendo a taxa de fertilidade de 4 crianças por mulher.

O PIB real per capita é de US\$ 1420 (valores de 2002), o que corresponde a uma evolução muito significativa a partir dos US\$ 902 observados em 1990. O crescimento do PIB real foi acompanhado de uma melhoria sensível e contínua do índice de desenvolvimento humano (IDH) que passou de 0,587 em 1990 para 0,670 em 2002.

A taxa de pobreza humana (IPH) baixou de 28,8% em 1990 para 17,7% em 2002. Não obstante esses progressos, o país continua a apresentar vulnerabilidades estruturais, nomeadamente nos domínios de produção agrícola, das importações, do ambiente natural, da insularidade e da ajuda externa¹.

Desde a independência em 1975, o desenvolvimento foi sustentado pela política da Ajuda Alimentar Internacional. A partir de 1992 o desenvolvimento foi inserido numa economia de mercado, baseada na inserção dinâmica de Cabo Verde no processo da globalização.

A conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e biológicos são considerados essenciais ao desenvolvimento sustentável dos SIDS. **Cabo Verde têm todas as limitações e vulnerabilidades inerentes aos Pequenos Estados Insulares. Estas incluem uma desproporcionalidade entre a demanda das populações, as infra-estruturas existentes, e os recursos naturais disponíveis.**

¹ Fonte: Censo de 2000; IRDA de 2002; PNUD (2004)

Os desafios logísticos enfrentados pelas Nações Insulares, que devem importar a maioria das suas matérias primas e alimentares, são reforçados pela insularidade e descontinuidade territorial.

Cerca de 10% da superfície terrestre do país é constituída por áreas protegidas e Cabo Verde integra os primeiros países na região que aderiram a criação de áreas terrestres e marinhas protegidas. Foi o primeiro país africano a ratificar a CCD em 1995, e na sequência foram ratificados a CBD e a CCC. Neste âmbito foram elaborados as Estratégias e Planos de Acção para o Ambiente e para as Convenções referidas (PANA Estratégico 1994-2004, PANA II 2004-2014, PAN/CCD, EPAN/CBD, EPAN/CCC).

2. Cabo Verde, Gestão Global Ambiental e NCSA

Cabo Verde é actualmente o Ponto Focal do GEF da Sub-Região Ocidental e Central Africana e é signatário das três Convenções do Rio e estabeleceu pontos focais (PF) para cada uma, dentro do Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA).

Cabo Verde ratificou ou assinou numerosos outros acordos ambientais multilaterais, nomeadamente : CITES, MARPOL, Basileia, Viena, Éstocolmo, Rotterdam, Ramsar, Kioto, Cartagena, Montreal, etc....

O país executou diversos projectos do GEF nos anos recentes, relacionados na maior parte ao CBD e CCC. Tem um registo contínuo no CBD, em especial nas áreas protegidas e de conservação da Biodiversidade num processo participativo envolvendo os Serviços desconcentrados do Estado, ONGs e Associações Comunitárias. O país implementou inúmeros projectos no âmbito da CCD e foi considerado na década de 90 como uma “locomotiva” na sub-região saheliana.

Há uma consciência razoável das questões ambientais e parte dos conhecimentos difundidos de algumas Convenções. Diversas actividades foram bem sucedidas no âmbito das diferentes Convenções por exemplo, reabilitação de alguns ecossistemas vulneráveis (Bacias Hidrográficas, AP), recuperação de espécies em via de extinção, implementação de modelos de simulação e vigilância climáticas.

Enquanto SIDS e um "hotspot" da Biodiversidade, Cabo Verde é particularmente vulnerável às ameaças ambientais (aquecimento global, subida do nível do mar, perda da biodiversidade, ordenamento desigual do território e degradação das terras).

Neste âmbito e no quadro das Convenções Ambientais, Cabo Verde é limitado em termos de capacidades de resposta e adaptação. Assim, Cabo Verde solicitou ao GEF uma assistência para desenvolver um novo processo sinérgico e participativo de Desenvolvimento de Capacidades Nacionais no domínio da Gestão Ambiental Nacional e Global, através do Projecto NCSA-GEM.

ANALISE DA SITUAÇÃO

1. Contexto histórico

- Durante a época colonial as primeiras acções de desenvolvimento assentavam numa abordagem vertical e sectorial dos problemas ecológicos. Durante esse período, adoptou-se alguns actos

legislativos, essencialmente para limitar a poluição através da introdução de normas mínimas, nomeadamente em matéria de gestão de resíduos e de poluição das águas e da atmosfera.

- A partir de 1975, graças à tomada de consciência por parte da população cabo-verdiana dos riscos associados aos problemas ambientais à escala mundial, a necessidade de adopção de uma abordagem concertada à escala nacional e internacional passou a ser incontornável.

- A partir dos anos 1990 pode-se afirmar que houve uma viragem no que toca ao tratamento das questões ambientais ao nível nacional. Acções ligadas a protecção do Ambiente foram desenvolvidas e a integração do ambiente nas políticas nacionais tornou-se realidade através da integração do princípio do desenvolvimento sustentável e ao fazer da obtenção de um nível elevado de protecção ambiental uma das prioridades. Para tal foi criado o Secretariado Executivo para o Ambiente que posteriormente foi substituído pela Direcção Geral do Ambiente marcando o início de um processo irreversível de protecção ambiental em Cabo Verde.

- Esta abordagem transversal da política ambiental foi confirmada pela introdução da vertente ambiental nos Programas do Governo à partir de 1993, bem como pela elaboração do PANA II em 2003, que estabeleceu objectivos de desenvolvimento sustentável num horizonte de dez anos (2004-2014) fundamentalmente orientada para a gestão sustentável dos recursos ambientais. A integração da problemática ambiental nas restantes políticas passou a ser assumida pelas diferentes instituições nacionais. Desde então, esta integração tem sido objecto de diversos actos, nomeadamente nos sectores centralizados e descentralizados.

- Partindo do princípio de que a protecção eficaz do ambiente passa por uma avaliação exacta dos problemas ambientais e dos impactos das decisões e acções humanas sobre o ambiente, ir-se-á apresentar uma matriz dos principais problemas ambientais identificados no PANA II e nos perfis temáticos Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Desertificação, bem como a sua correlação (**cf. Quadro nº 1 a seguir**).

Quadro 1 – Problemas ambientais prioritários em Cabo Verde

Problemas Ambientais Nacionais Prioritários	Transversalidades		
	CCD	CBD	CCC
NACIONAL			
Falta de um plano nacional de ordenamento território	+++	+++	+++
Degradação dos solos nas zonas rurais	+++	+++	++
Poluição do solo urbano	+	+	++
Diminuição da qualidade e quantidade de água	+++	+++	++
Perda da biodiversidade	+++	+++	+++
Degradação e poluição de zonas costeiras	+++	+++	++
Diminuição da qualidade do ar	++	+++	+++
Degradação da paisagem	+++	+++	++
LOCAL			
Dificuldade de abastecimento de água para consumo humano			
Degradação da cobertura vegetal	+++	+++	+++
Exploração descontrolada dos inertes	+++	+++	+++
Falta de planos locais de ordenamento território	+++	+++	+++
Degradação da qualidade Estética e paisagística	+	+	+
Deficiente saneamento do meio	+	+	++
Escassez de água de rega	+++	+++	++
Perda de biodiversidade	+++	+++	+++

Legenda

+ : aspecto menos importante ; ++ : aspecto importante ; +++ : aspecto mais importante

2. Vulnerabilidade Ambiental

Como Estado insular, Cabo Verde é marcado pela vulnerabilidade estrutural que abrange:

- O ambiente biofísico, ecológico e extensão territorial;
- A valorização social e económica e sua interligação com o ambiente biofísico;
- Os factores essencialmente económicos relacionados com a base de recursos naturais e populacionais.

Esses factores ligados à própria origem do arquipélago são, geralmente, ordenados por diferentes autores, num triângulo a que se chamou o *triângulo da vulnerabilidade básica de Cabo Verde* (Ministério das Finanças, Documento de Estratégia, 1997). Esta vulnerabilidade (Figura 1.) coloca o país perante a necessidade de *desenvolvimento* de capacidades específicas que lhe permitam ser sustentável a longo prazo.

A sustentabilidade deve estar assente num desenvolvimento económico e social, suportado no equilíbrio sustentável entre o ambiente, a economia e a demografia.

Para que isso aconteça, urge definir uma estratégia de desenvolvimento (*sustentável*) e uma utilização planeada dos recursos naturais e humanos. Os instrumentos incluem:

- A elaboração de um quadro diagnóstico exaustivo dos problemas ambientais, sociais e económicas de que padece o país;
- A inventariação das potencialidades do país;
- A adopção de uma estratégia que conduza à sua conversão em recursos de desenvolvimento socio-económico sustentável a médio e longo prazo.



Figura 1. Triângulo de vulnerabilidade básica de Cabo Verde

Fonte: Ministério das Finanças, Documento de Estratégia, 1997

A visão ambiental foi definida no contexto do triângulo de vulnerabilidade básica em Cabo Verde que se insere num contexto que abrange: o ambiente biofísico, ecológico e sua expressão territorial; a valorização social e económica, através dos factores sociais (incluindo a demografia) e sua interligação com o mundo biofísico e os factores económicos e as relações com base nos recursos territoriais e populacionais.

Os principais problemas são praticamente comuns a todas as ilhas. São resultantes de uma gestão deficiente dos recursos naturais (solo, água, vegetação e outros), das mudanças climáticas e deficit de capacitação e apropriação dos processos de IEC. Existem evidências claras de degradação desses recursos, com maior evidência para as zonas costeiras e bacias hidrográficas

Esses problemas decorrem principalmente da deficiente consciencialização dos utilizadores sobre o potencial impacto da pressão demográfica sobre os recursos naturais. Para além disso, existe também uma deficiente aplicação da legislação, num contexto em que os ecossistemas insulares são bastante frágeis e muito sensíveis a desequilíbrios extremos.

3. Interligação entre problemas ambientais e desenvolvimento de capacidades

- À semelhança da interacção entre o Homem e as condições ambientais que o rodeiam, os problemas ambientais, estão interligados. Com efeito, o ecossistema funciona como um todo, em que todas as partes constituintes assumem a mesma importância. Qualquer anomalia provocada numa das componentes pode provocar grandes desequilíbrios ao sistema, podendo, caso não for corrigido atempadamente, provocar a sua desintegração.

- Um desenvolvimento rígido e pouco influenciado por considerações ecológicas, não permita tirar o maior proveito dos recursos e meios disponíveis. Ele pode causar danos ecológicos irreversíveis e desencadear crises económicas e sociais. A integração destas considerações ecológicas em todas as etapas do desenvolvimento, desde a elaboração inicial das políticas até aplicação final, é a via mais segura e eficaz para evitar problemas de dimensão nacional e não só.

Conforme o PANA II e Relatório de Transversalidade e Sinergia entre as três Convenções do Rio (CCD, CBD, CCC), é necessário optar para políticas ambientais de carácter antecipado e para uma política de conservação da natureza multi-sectorial, através duma estratégia de desenvolvimento das capacidades cujas linhas de acção convergentes deveriam integrar:

- O Ordenamento do Território e construção das sinergias necessárias para a sua implementação;
- A Gestão Integrada das Áreas Protegidas, Zonas Costeiras e Bacias Hidrográficas;
- A coordenação institucional e sinérgica para implementação das três Convenções do Rio e da Gestão Ambiental Global;
- Sustentabilidade institucional para a gestão ambiental (reforço das *instituições estratégicas* (Administrativa, organizativa e financeira);
- A Informação, Educação e Comunicação Ambiental no âmbito das três Convenções e da Gestão Ambiental Global;
- Uma Estratégia Nacional de captação de fundos para a gestão ambiental nacional e global.

1ª PARTE

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES NA GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL

1. CONCEITOS BASICOS

Desenvolvimento Sustentável (*)

A sustentabilidade social – que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

A sustentabilidade económica – que deve ser alcançada através do gestão e alocação mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

A sustentabilidade ecológica – que pode ser alcançada através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem.

A sustentabilidade espacial – que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural -urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos estabelecimentos humanos e das actividades económicas.

A sustentabilidade cultural – incluindo a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

O desenvolvimento sustentável, além de equidade social e equilíbrio ecológico, segundo **Donaire (1999)**, apresenta, como terceira vertente principal, a questão do desenvolvimento económico. Induz um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas do desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentidos harmoniosos. Neste sentido, o desenvolvimento da tecnologia deverá ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação dos países em desenvolvimento, e o progresso será entendido como fruto de maior riqueza, maior benefício social equitativo e equilíbrio ecológico.

Sachs apud Campos (2001) apresenta cinco dimensões do que se pode chamar desenvolvimento sustentável (Figura nº 2)

Figura nº 2 - As cinco dimensões da sustentabilidade.



Fonte: Sachs apud Campos (2001)

(*) in “Gestão Ambiental : Um enfoque no Desenvolvimento Sustentável”- Maria E.P. Kraemer

Em 1992 no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reconheceu-se à importância de assumir a ideia de sustentabilidade em qualquer programa ou actividade de desenvolvimento. Neste novo paradigma, Almeida (2002) diz que a ideia é de integração e interacção, propondo uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos. No mundo sustentável, uma actividade – a económica, por exemplo – não pode ser pensada ou praticada em separado, porque tudo está interrelacionado, em permanente diálogo. Abaixo tem-se as diferenças entre o velho e o novo paradigmas:

Quadro 2 – paradigma Cartesiano versus paradigma da Sustentabilidade

Cartesiano	Sustentável
Reduccionista, mecanicista, tecnocêntrico	Orgânico, holístico, participativo
Fatos e valores não relacionados	Fatos e valores fortemente relacionados
Preceitos éticos desconectados das práticas quotidianas	Ética integrada ao quotidiano
Separação entre o objectivo e o subjectivo	Interacção entre o objectivo e o subjectivo
Seres humanos e ecossistemas separados, em uma relação de dominação	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia
Conhecimento compartimentado e empírico	Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo
Relação linear de causa e efeito	Relação não-linear de causa e efeito
Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes	Natureza entendida como um conjunto de sistemas interrelacionados, o todo maior que a soma das partes
Bem-estar avaliado por relação de poder (dinheiro, influência, recursos)	Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre os sistemas ambientais e sociais
Ênfase na quantidade (<i>renda per capita</i>)	Ênfase na qualidade (qualidade de vida)
Análise	Síntese
Centralização de poder	Descentralização de poder
Especialização	Transdisciplinaridade
Ênfase na competição	Ênfase na cooperação
Pouco ou nenhum limite tecnológico	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade

Fonte: Almeida F.(2002).

Gestão Ambiental : novo paradigma (*)

- Gestão ambiental é um aspecto que desenvolve e implanta as políticas e estratégias ambientais. Neste sentido, a gestão ambiental tem se configurado como uma das mais importantes actividades relacionadas com qualquer empreendimento.

De acordo com Macedo (1994), a gestão ambiental pode ser subdivida em quatro níveis (Quadro nº 3):

Quadro 3 – Visão geral da gestão ambiental

GESTÃO AMBIENTAL			
Gestão de Processos	Gestão de resultados	Gestão de Sustentabilidade	Gestão do Plano Ambiental
Exploração de recursos	Emissões gasosas	Qualidade do ar	Princípios e compromissos
Transformação de recursos	Efluentes líquidos	Qualidade da água	Política ambiental
Acondicionamento de recursos	Resíduos sólidos	Qualidade do solo	Conformidade legal
Transporte de recursos	Particulados	Abundância e diversidade da flora	Objectivos e metas
Aplicação e Uso de recursos	Odores	Abundância e diversidade da fauna	Programa ambiental
Quadros de riscos ambientais	Ruídos e vibrações	Qualidade de vida do ser humano	Projectos ambientais
Situações de emergência	Iluminação	Imagem institucional	Acções correctivas e preventivas

Fonte: Macedo, R.K. 1994.

Gestão de Processos – envolvendo a avaliação da qualidade ambiental de todas as actividades, máquinas e equipamentos, matérias primas, recursos humanos, recursos logísticos, tecnologias e serviços de terceiros.

Gestão de Resultados – envolvendo a avaliação da qualidade ambiental dos processos de produção, através de seus efeitos ou resultados ambientais, ou seja, emissões gasosas, efluentes líquidos, resíduos sólidos, partículas, odores, ruídos, vibrações e iluminação.

Gestão de Sustentabilidade (Ambiental) – envolvendo a avaliação da capacidade de resposta do ambiente aos resultados dos processos produtivos que nele são realizados e que o afectam, através da monitorização sistemática da qualidade do ar, da água, do solo, da flora, da fauna e do ser humano.

Gestão do Plano Ambiental – envolvendo a avaliação sistemática e permanente de todos os elementos constituintes do plano de gestão ambiental elaborado e implementado, aferindo-o e adequando-o em função do desempenho ambiental alcançado pela organização.

Os instrumentos de gestão ambiental objectivam melhorar a qualidade ambiental e o processo decisório. São aplicados a todas as fases dos empreendimentos e poder ser: preventivos, correctivos, de remediação e pró - activos, dependendo da fase em que são implementados

- A gestão ambiental facilita o processo de *management*, proporcionando vários benefícios às organizações. **North apud Cagnin (2000)** enumera os benefícios da gestão ambiental, que estão discriminados abaixo:

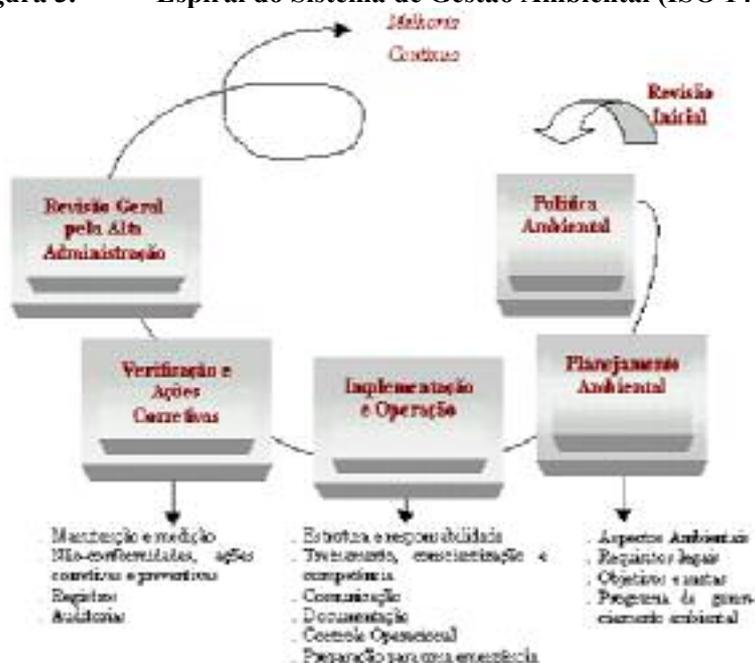
Quadro 4. - Benefícios da gestão ambiental

BENEFÍCIOS ECONÓMICOS
I. Economia de Custos
√ Redução do consumo de água, energia e outros insumos.
√ Reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos, e diminuição de efluentes.
√ Redução de multas e penalidades por poluição.
II. Incremento de Receita
√ Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes”, que podem ser vendidos a preços mais altos.
√ Aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência.
√ Linhas de novos produtos para novos mercados.
√ Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS
√ Melhoria da imagem institucional.
√ Renovação da carteira de produtos.
√ Aumento da produtividade.
√ Alto comprometimento do pessoal.
√ Melhoria nas relações de trabalho.
√ Melhoria da criatividade para novos desafios.
√ Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas.
√ Acesso assegurado ao mercado externo.
√ Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: Adaptado de North, K. *Environmental business management*. Genebra: ILO, 1992. In: Cagnin, 1999.

- Para a institucionalização da função Gestão Ambiental na organização, é preciso ressaltar algumas condições ou princípios em que ela deverá se basear. São as etapas de um SGA (Sistema de Gestão Ambiental), apresentadas na Figura nº 3 seguinte:

Figura 3. Espiral do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001)



Fonte: Adaptado de Maimon (1996) e Cajazeira (1997).

O desenvolvimento sustentável é um importante conceito de crescimento, presente no debate político internacional em especial quando se trata de questões referentes à qualidade ambiental e à distribuição global de uso de recursos. A sociedade como um todo acaba por sofrer as consequências de um problema nascido de sua relação com o meio ambiente. Os grandes problemas que emergem da relação da sociedade com o meio ambiente são densos, complexos e altamente interrelacionados e, portanto, para serem entendidos e compreendidos na sua totalidade, precisam ser observados numa óptica mais ampla.

A implantação de um Sistema de Gestão Ambiental Nacional poderá ser uma das soluções para uma sociedade que pretende melhorar a sua posição em relação ao meio ambiente. O compromisso com a preservação ambiental exigido às sociedades obriga mudanças profundas na sua filosofia, com implicações directas nas políticas, estratégias, programas e projectos.

Como diz Callenbach, E. (1993), nós, seres humanos, somos organismos que pensam. Não precisamos esperar que os desastres nos ensinem a viver de maneira sustentável.

2. VISÃO ESTRATÉGICA

- Em Cabo Verde, deve se tomar em conta os custos ecológicos de qualquer acção de desenvolvimento. É determinante integrar este custo e interligar as acções relacionadas por exemplo com a segurança ecológica e o desenvolvimento do território.

A Agenda Estratégica do actual governo definiu nas Grandes Opções de Plano 2002-2005, a estratégia nacional de desenvolvimento económico e social, integrando a visão ambiental nacional. O PANA II, constitui o Instrumento da Política Ambiental Nacional.

-A visão estratégica da problemática ambiental tem um enquadramento a longo prazo. Ela engloba as políticas nacionais, intersectoriais e municipais, orientadas para o desenvolvimento equilibrado assente na gestão sustentável dos recursos naturais.

As Linhas de Orientação Estratégica da Política Ambiental exigem uma abordagem integrada de forma a :

- Assegurar a coordenação entre as políticas ambientais dos diversos sectores sociais e económicos
- Assegurar uma abordagem espacial e temporal integrada dos problemas ambientais;
- Dinamizar os instrumentos de planeamento (territorial, ambiental, económicos e sociais) e priorizar os problemas ambientais, sobretudo os que representam risco para as populações;
- Organizar e reforçar a capacidade de intervenção da administração central, das autarquias e organizações da sociedade civil, numa acção conjunta e complementar;
- Reforçar as parcerias e clarificar o papel dos diferentes actores;
- Reforçar a informação, sensibilização e participação da sociedade civil, tendo como base a educação e a formação ambiental;
- Dinamizar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, bem como a disponibilização e atribuição de meios.

- Para a elaboração do EPAN-NCSA, definiu se a seguinte visão estratégica : desenvolver as capacidades para assegurar/garantir a sustentabilidade ambiental, integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas/programas nacionais e inverter a tendência da perda de recursos ambientais (ver Figura 6).

3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS NACIONAIS

- **Estratégia de Transformação Económica – ETE** (Ref. Documento conceptual DECRP – Abril 2007)

- O mundo, e Cabo Verde inclusive, estão a mudar rapidamente. A concorrência aumentou, tornando-se global e com mais desafios para os países em desenvolvimento. No emergente mundo hiper - competitivo, é bastante evidente que países como Cabo Verde, sem recursos naturais, têm que procurar formas de se inserirem de forma competitiva no mercado global. Têm que procurar formas de criarem riquezas e prosperidade partilhada através do crescimento contínuo da produtividade e da liderança em alguns sectores de serviços/produtos.

- Os progressos conseguidos até agora conduziram à graduação de Cabo Verde do grupo de países menos desenvolvidos (PMAs). A graduação deverá entrar em vigor em 2008. A esperada graduação dos PMAs é ao mesmo tempo uma oportunidade e um desafio. Um efeito chave dessa graduação é o potencial declínio na assistência pública ao desenvolvimento, quando os parceiros começarem a perceber Cabo Verde como sendo uma nação relativamente rica comparada com outras na região.

- Por quanto as mudanças se verificam por toda a parte e o país continua a registrar progressos em muitas frentes, a velha questão da vulnerabilidade de Cabo Verde permanece. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Económica da UNCTAD, Cabo Verde, com uma pontuação de 57,0, situa-se entre os países em desenvolvimento que são altamente vulneráveis. Para além dos constrangimentos estruturais, como a pequenez do mercado interno, a fragilidade do seu ambiente, a ausência de recursos naturais e a natureza arquipelágica do país, a vulnerabilidade de Cabo Verde está também reflectida na sua forte dependência nos fluxos de recursos externos, provenientes, particularmente, das remessas e da ajuda ao desenvolvimento. O total dos recursos externos que Cabo Verde recebe representa cerca de 34% do PIB e suporta em grande medida os investimentos públicos. Cabo Verde continua a ser um país fortemente exposto aos choques externos, como o preço do petróleo e as flutuações das taxas de câmbio.

- Estas realidades indicam o contexto particular em que Cabo Verde terá que garantir o seu desenvolvimento e favorecer a redução da pobreza. Foram feitos progressos significativos mas os desafios continuam em várias frentes. O país continua vulnerável; competir no mercado global é cada vez mais um desafio; enquanto que a pobreza e o desemprego, embora em menor escala, permanecem a níveis preocupantes. Tal como foi referido anteriormente, o objectivo da redução da pobreza continua a ser a principal prioridade e o Governo está comprometido em utilizar o processo da ECRP para desenvolver uma agenda sólida para atacar a pobreza.

- Mais concretamente, as vantagens comparativas de Cabo Verde são a sua localização, o mar e o clima. A ETE propõe que estes factores sejam transformados em vantagens competitivas, reforçando e capitalizando a boa governação do país, as redes de conectividade e parcerias, recursos humanos e infra-estruturas por forma a desenvolver os quatro sectores – serviços, turismo, transportes e pescas (Figura 4).

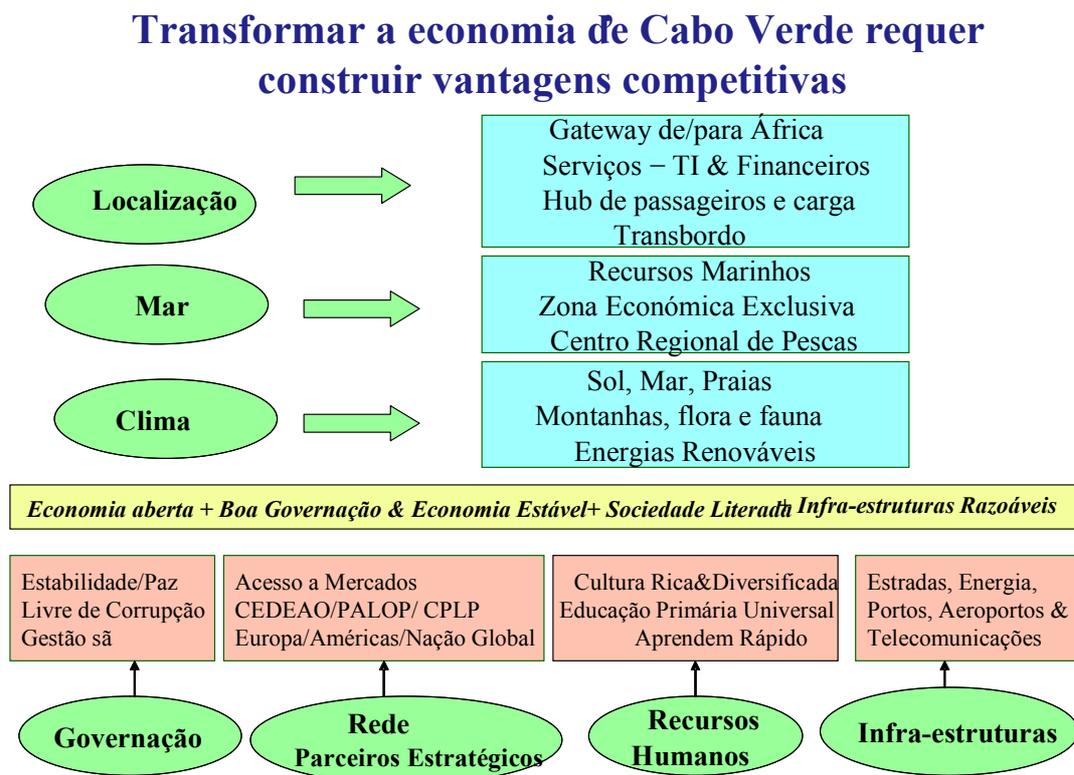


Figura 4. Estratégia de Transformação Económica de Cabo Verde (Ref. Documento conceptual DECRP, Abril 2007)

• **Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza - ECRP**

- A ligação da ECRP II com a visão da ETE é crucial para o sucesso do processo de gestão do desenvolvimento em Cabo Verde.

- A ECRP II fornece uma oportunidade única para se relançar a agenda para a transformação do país uma vez que ela fornece a única forma sustentável de assegurar reduções acentuadas na pobreza em Cabo Verde. A pobreza deve ser atacada através de uma agenda que vise a criação de riquezas e prosperidade partilhada para além de programas focalizados para os que são susceptíveis de não serem abrangidos pela dinâmica do crescimento. A redução da pobreza requer estratégias tanto de crescimento como de redistribuição. O alinhamento da estratégia de redução da pobreza com a agenda de transformação e com o orçamento irá simplesmente garantir que a afectação de recursos seja guiada pelos objectivos nacionais e que os recursos estejam disponíveis para apoiar o crescimento e a redução da pobreza.

- O DECRP cobre o período de 2004 a 2007. Os eixos principais das estratégias de redução da pobreza em Cabo Verde estão centrados em cinco áreas fundamentais:

- Promoção da boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade
- Promoção duma economia competitiva para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos
- Desenvolvimento e valorização do capital humano
- Melhoria e desenvolvimento das infra-estruturas e salvaguarda do ambiente
- Melhoria do sistema de protecção social, garantindo a sua eficiência e sustentabilidade

- O DECRP coloca ênfase na melhoria da capacidade dos pobres para aumentarem seus rendimentos e na necessidade de parcerias tripartidas entre os sectores público, privado e a sociedade civil.

Resulta disso que Cabo Verde conseguiu o estatuto de país de rendimento médio e está ao caminho de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) antes de 2015. Alguns dos ODM já foram atingidos, enquanto outros serão atingidos gradualmente, em consequência da implementação do DCERP.

- **PANA II (2004-2014)**

- Considerando a perspectiva pluri-dimensional do ambiente e as suas implicações para os seres vivos, entre os quais o homem, o segundo Plano de Acção para o Ambiente (PANA II) parte do princípio, que as políticas e estratégias ambientais têm que ser contempladas de uma forma transversal, envolvendo a população e os utilizadores próprios do ambiente.

- As políticas, estratégias e intervenções propostas no PANA II têm suporte em princípios de relacionamento do homem com o ambiente, universalmente aceites, que resultam de princípios mais amplos do desenvolvimento humano em todas as suas vertentes, ética, cultural, económica, social e política.

- O objectivo geral do PANA II é o de definir orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais e de gestão sustentável das actividades económicas.

Especificamente os objectivos do PANA II são:

- Definir as principais orientações políticas do ambiente e de gestão dos recursos naturais;
- Identificar as oportunidades e prioridades de desenvolvimento;
- Identificar acções para utilização dos recursos com o maior grau de eficácia e eficiência;
- Definir o quadro institucional e os mecanismos de coordenação intersectorial;
- Promover a integração das preocupações ambientais na planificação do desenvolvimento económico e social;
- Promover a melhoria das condições de vida das populações;

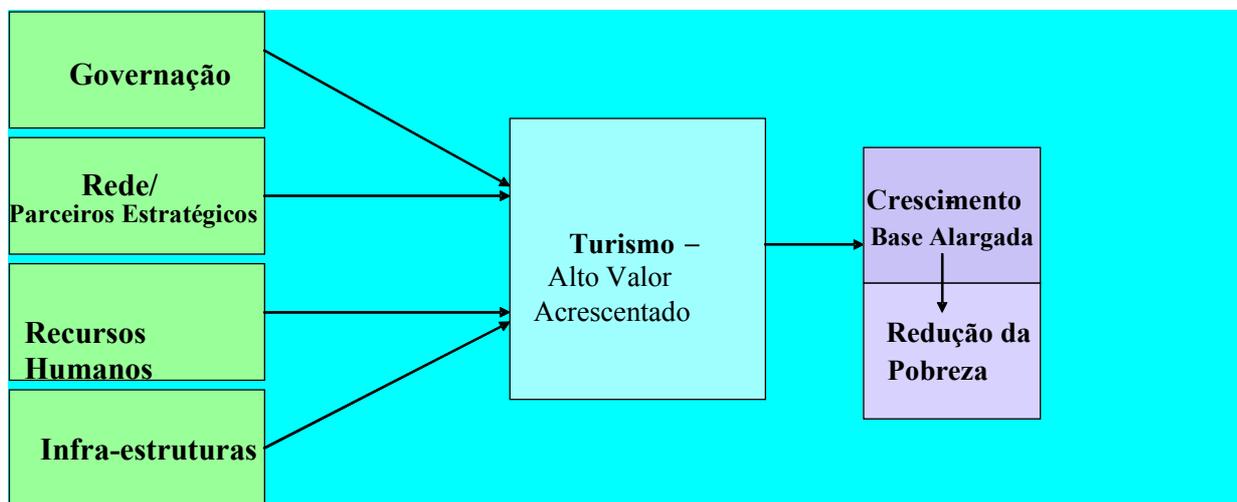
- O PANA II, na sua totalidade, é um documento orientador com uma dinâmica adequada a um processo contínuo. O PANA II é o instrumento que, nos próximos 10 anos (2004-2014), servirá de base de trabalho, permitindo aos diversos sectores, directa ou indirectamente relacionados com as questões ambientais, desenvolver-se de forma harmoniosa, garantindo um ambiente sadio.

- Apesar do país ter registado mais progressos, particularmente no que respeita à criação de empregos e a redução da pobreza, o processo de desenvolvimento sustentável do país poderia ter atingido o nível mais elevado, se a ECRP estivesse mais alinhada com o PANA II e, se houvesse maior coordenação e sinergia entre as instituições do Governo, a sociedade civil e o sector privado.
- A implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do país passa pelo desenvolvimento das capacidades nacionais, aos níveis sistémico, institucionais e individuais.

4. EIXOS PRIORITARIOS PARA DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES NA GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL

- A ETE desenvolveu uma agenda para melhorar as áreas de intervenção e construir os sectores centrais por forma a materializar o crescimento de base alargada que poderá reduzir a pobreza substancialmente, ocultando o papel do ambiente enquanto pilar do desenvolvimento sustentável do país (ver figura 5).

Figura 5. Construindo os sectores para um crescimento de base alargada



- No âmbito do NCSA e para colmatar as lacunas existentes em termos de desenvolvimento de capacidades (DC), para a sustentabilidade a médio e longo prazo, **propõe-se a seguinte visão estratégica** (ver figura 6).

Figura 6. Visão estratégica do processo de DC no âmbito do NCSA (Cf. Relatório de Transversalidade 3 Convenções)



- A análise intersectorial focalizou, de acordo com o processo NCSA, tanto as questões de capacidade Intersectoriais como as questões comuns as três Convenções do Rio (3C). Identificou-se os meios para fomentar interacções entre os sectores de intervenção das 3C e as sinergias na implementação das Convenções do Rio. A adopção de uma abordagem global e intersectorial para o desenvolvimento das capacidades nacionais com vista a implementação das 3C traz consigo várias vantagens práticas a nível nacional e mundial.

- O reforço das sinergias para a implementação das 3C ajuda a reforçar a governação nacional em matéria de ambiente para uma melhor protecção do ambiente mundial.
- A análise intersectorial aprofundada das 3C bem como dos resultados dos ateliers nacionais permitiu a identificação de orientações e eixos estratégicos prioritários de Desenvolvimento das Capacidades (DC) para a implementação sinérgica das Convenções do Rio e Gestão Ambiental Global. Seguidamente apresenta-se os quadros - resumos das orientações e eixos estratégicos definidos a nível nacional :

Orientação estratégica da Política Ambiental Nacional

Quadro 5 - Resumo das Orientações Estratégicas da Política Ambiental do PANA Estratégico, 2002 (actualizado)

Linhas Gerais de Orientação	Dimensões estratégicas, prioritárias	Áreas prioritárias de intervenção
<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem integrada, - Abordagem espacial progressivo conhecimento do território; ...Planeamento (territorial, ambiental, económicos e sociais) - Convergência e sinergias, alívio da pobreza, ...Dimensão do género; - Coordenação entre as políticas ambientais,...dos diversos sectores aos três níveis - Organizar e reforçar a capacidade de intervenção aos três níveis - Informação, sensibilização educação e a formação ambiental; Reforçar as parcerias e clarificar o papel do sector privado; - Investigação científica e desenvolvimento tecnológico, - Disponibilização e atribuição de meios. 	<ul style="list-style-type: none"> - A gestão integrada dos recursos hídricos e disponibilidade da água, - A infraestruturação sanitária básica, - A conservação da biodiversidade - O ordenamento do território 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de água, através de uma gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, - Saneamento básico, incluindo a recolha, o tratamento e o destino final apropriado de resíduos sólidos - orgânicos e não-orgânicos - e de efluentes líquidos domésticos e industriais; - Gestão sustentável da biodiversidade; - Ordenamento do território, incluindo o ordenamento dos espaços urbanos e rurais, da orla costeira e das bacias hidrográficas.

Quadro 6 - Resumo das Orientações Estratégicas da Política Ambiental PANA II, 2004**Visão Ambiental**

Por uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável.

Orientação estratégica Global: As prioridades deverão centrar-se, na **melhoria dos conhecimentos sobre a biodiversidade, em todas as suas vertentes**

Áreas prioritárias	Linhas de orientação estratégica	Sectores estratégicos
<p>- Conservação <i>in situ</i> da Biodiversidade</p> <p>- Desenvolvimento sustentável das agricultura, pecuária, pesca, silvicultura, pastorícia e do ecoturismo</p>	<p>- Reforçar as intervenções nos domínios de conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e das zonas costeiras, da vulnerabilidade climática, ...</p> <p>- Assegurar uma abordagem espacial e temporal integrada dos problemas ambientais; Superar as carências básicas de infra-estruturas ... recolha, sistematização e divulgação de informação ... base do conhecimento do território ...; Dinamizar os instrumentos de planeamento (territorial, ambiental, económicos e sociais) ...;</p> <p>- ... convergência de sinergias no sentido da luta contra a pobreza, ... dimensão do género;</p> <p>- Organizar e reforçar a capacidade de intervenção da Administração Central, das autarquias e organizações ...; Assegurar a coordenação entre as políticas ambientais a todo nível;</p> <p>- a informação, sensibilização e participação ... educação e a formação ambiental;</p> <p>- Reforçar as parcerias e clarificar o papel do sector privado, clarificar responsabilidades e o papel dos actores, compatibilizar interesses</p> <p>- Dinamizar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, ...;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente e Gestão dos Recursos Hídricos; ▪ Ambiente e Saúde; ▪ Ambiente e Gestão Sustentável da Biodiversidade; ▪ Ambiente e Ordenamento do Território, Infra-estruturas, Construção Civil, Marinha e Portos; ▪ Ambiente, Educação, Formação, Informação e Sensibilização; ▪ Ambiente e Desenvolvimento Turístico; ▪ Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária; ▪ Ambiente e Pescas; ▪ Ambiente e Indústria, Energia e Comércio.

Quadro 7 – Eixos de orientação prioritários no domínio das convenções do Rio		
Eixos de orientação prioritários BD (ENPA-BD, 1999; PANA II, PAIS-BD, 2004-2014)	Eixos de orientação prioritários CCD (objectivos específicos do PAN, 2000)	Eixos de orientação prioritários CCC (EN-PAN CCC, 2001)
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor conhecer, inventariar e monitorizar a BD de Cabo Verde • A investigação científica no domínio da conservação e gestão sustentável dos recursos naturais • A conservação de espécies ameaçadas e/ou em perigo de extinção • Consolidação da rede de áreas protegidas –AP, e criação de novas áreas marinhas protegidas –AMP; • A gestão integrada da zona costeira – GIZC e dos recursos marinhos; • A informação, sensibilização e capacitação técnica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação interdisciplinar e integrada • Gestão integrada dos RN • Promover a participação local e o associativismo • IEC para o ambiente • Reforço da coordenação e cooperação entre parceiros • Descentralização, promover a capacidade de decisão dos municípios • Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> • Observação sistemática • Investigação, cooperação técnica e transferência de tecnologias • Informação, sensibilização e comunicação • Utilização e valorização de energias alternativas

Princípios de orientação estratégica para a implementação das três convenções no contexto do NCSA

- ⇒ Abordagem por convergências e estabelecimento de sinergias
- ⇒ Desenvolvimento/reforço da abordagem Participativa,
- ⇒ Desenvolvimento/reforço da abordagem Integrada
- ⇒ Desenvolvimento/ Reforço das parcerias

Quadro 8 - Linhas de orientação prioritárias

Dois grandes Domínios de integração da implementação do NCSA (3C):		
<ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTAVEL DOS RN (agricultura, pesca e turismo) <ul style="list-style-type: none"> • AS ÁREAS PROTEGIDAS/ZONAS COSTEIRAS/BACIAS HIDROGRAFICAS 		
Eixos transversais	Prioridades de intervenção/TRANSVERSALIDADES	Acções de orientação transversais
1. Investigação interdisciplinar e integrada	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação dos observatórios • GI das AP • O desenvolvimento sustentável e o ordenamento do território • Sustentabilidade ecológica e a sustentabilidade da economia artesanal 	<ul style="list-style-type: none"> • Bio-economia dos RN • As micro-finanças • Capitalização de boas práticas desenvolvidas no contexto da implementação das três convenções (DCPs de Maio, AP de FOGO, Fabrico de vinhos)
2. Gestão Integrada dos RN	<ul style="list-style-type: none"> • GI das Bacias Hidrográficas • GIZC • GI e Participativa das AP • Solos 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da rede de Áreas Protegidas ⇒ Reforço do processo de estabelecimento das AP terrestres e marinhas como ferramentas de animação e capacitação local para a co-gestão, fiscalização e

	<ul style="list-style-type: none"> • R. hídricos • Deflorestação • • AP/MAB cabo verde • Fiscalização /controlo 	<p>controlo das actividades de usos dos RN; ⇒ Dinamização do processo MAB, para as ilhas de Sal, Boavista e Maio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capitalização de boas práticas desenvolvidas no contexto da implementação das três convenções • Promover a Gestão integrada de Zonas Costeiras • Fiscalização integrada e participativa da implementação da legislação nas AP; • Planos de conservação/uso sustentável e gestão integrada de BD e RN de importância global, regional e/ou nacional e local • As micro-finanças ligado com Estudos socio-económicos e biológico das alternativas económicas do sector artesanal (agricultura, pesca e turismo) • Consciencialização contra as práticas de utilização dos RN (pesca dinamite, garrafa de ar comprimido, abuso de fertilizantes, uso inadequado de plantas endémicas medicinais, extracção descontrolada de inertes, má gestão dos resíduos ; • Eco-turismo
<p>3. Ordenamento do Território</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SIA ⇒ EIA ⇒ SSQA/SS Ecológico ⇒ SGA empresarial ⇒ SIG 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço do SIA e sua integração estratégica no processo NCSA

<p>4. IEC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto SIA • Há Mar há Terra/Nós Gente • Rede de bibliotecas nacionais, institucionais e publicas • Educação ambiental nível escolar e pré-escolar, • PAIS (especificamente PAIS educação) • PAMs • Media 	<ul style="list-style-type: none"> • RC dos professores para a implementação das 3C; • RC para a implementação dos guias metodológicos das convenções e sua implementação local; • Reforço dos ETMAS e ONG
<p>5. RC para a implementação integrada/sinegica das 3 convenções</p> <p>Aos três níveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planificação estratégica • Coordenação, Monitorização, seguimento e avaliação • G integrada • Ordenamento do território • Turismo sustentável • Mobilização de fundos • IEC • Quadro jurídico político • Fiscalização integrada/interinstitucional e participativa 	<ul style="list-style-type: none"> • RC dos PF para a integração e coordenação dos esforços das convenções no processo de implementação, seguimento e avaliação nacional dos resultados da aplicação das Convenções, • RC da DGA para Sustentabilidade Institucional em função da liderança da gestão ambiental • RC das ETMAS para a implementação das obrigações da CBD • RC institucional para o Desenvolvimento Sustentável Global • RC do grupo parlamentar ambiental/CNAmb.
<p>6. Mobilização de fundos</p>	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • As convenções • O SIDS –Small island developing states • UNFP/GEF • Coop. Holandesa, Coop. Francesa, Coop. Brasileira • UNESCO • Coop. Brasileira, Coop. Espanhola, Coop. Austríaca • MCC-CV • NEPAD, acordo EU-ACP • Banco Mundial • GAO-CV • GIRE...CEDEAO/EU 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação no domínio da formulação de projectos “Mecanismos de lobbying e playdoyer para o financiamento do Ambiente” • Reforçar o Fundo Nacional para o Ambiente de forma a convergir para a criação de condições para a mobilização de fundos • Diálogo Nacional para partilha das oportunidades no domínio das 3C – mecanismo para encorajar a mobilização de recursos.

5. PROCESSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATEGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

- Considerando a finalidade do Projecto NCSA que visa reforçar as capacidades nacionais para a gestão global do ambiente, a presente **Estratégia e Plano de Acção para o Desenvolvimento das Capacidades** deverá ser implementada tendo em conta os seguintes níveis :

- **Estratégia** : integração da temática de gestão ambiental na política nacional de desenvolvimento sustentável;
- **Apropriação** dos resultados do processo pelos principais actores / parceiros nacionais;
- **Durabilidade** do processo de implementação e gestão da EPAN-NCSA em Cabo Verde ;
- **Temática** : Inventariação global dos Recursos Naturais nacionais; actualização do inventário dos riscos naturais em Cabo Verde no sentido de implementação de um plano nacional de prevenção e gestão dos desastres; Gestão Integrada das Áreas Protegidas/ Zonas Costeiras/Bacias Hidrográficas; Inventário das vulnerabilidades e definição de medidas de adaptação as mudanças climáticas.

Para cada nível, os indicadores de impactos objectivamente verificáveis serão definidos e avaliados periodicamente. Este trabalho tem de ser realizado num processo participativo, sinérgico e dinâmico com todos os **actores / parceiros chaves** :

Ao nível da Estratégia : avaliar a integração ou não das preocupações ligadas gestão ambiental nas actividades quotidianas e de planificação dos actores nacionais envolvidos. Como indicadores de impactes destacam-se : inscrição explícita da problemática da gestão ambiental nos Planos de Desenvolvimento (nacional e local) ; integração da problemática da gestão ambiental nas estratégias de desenvolvimento de alguns sectores prioritários (energia, agricultura, saúde, transporte, educação); publicação dos diferentes planos de mitigação e adaptação pelas autoridades nacionais; elaboração de projectos baseados nos argumentos ligados a gestão sustentável do Ambiente.

Ao nível da apropriação dos resultados do projecto : avaliar como foram divulgados, tomados em conta, socializados e interiorizados pelos diferentes actores referidos no quadro dos seus próprios trabalhos de investigação.

Ao nível da durabilidade do processo de implementação e gestão da EPAN-NCSA : Avaliar a funcionalidade e operacionalidade dos Comitês nacionais de execução e coordenação, as Equipas Técnicas e os Grupos de Trabalho. Apreciar os esforços concedidos para reforçar o papel das Entidades de Coordenação e de Execução dos diferentes estudos e iniciativas ligadas à problemática da gestão ambiental. Avaliação de meio e fim de percurso do projecto concernente às medidas implementadas para a sustentabilidade do processo.

Ao nível dos aspectos temáticos : Avaliar os impactos dos estudos temáticos. Esta avaliação focalizará na análise dos progressos realizados em termos de reforço dos conhecimentos, de publicação dos estudos e difusão dos resultados, de desenvolvimento

das capacidades (exemplo de indicadores: número de *experts* formados em todos os sectores, número de pesquisas desenvolvidas, nível de competência alcançado baseando se na qualidade das publicações, número de *experts* nacionais reconhecidos a nível internacional, etc...).

- Na definição da visão do desenvolvimento sustentável, o Relatório da Transversalidade entre as três Convenções do Rio focalizou os seguintes eixos transversais prioritários :

1. **Investigação inter disciplinar e integrada**
2. **Gestão integrada dos Recursos Naturais (RN)**
3. **Ordenamento do Território**
4. **Informação Educação Comunicação Ambiental**
5. **Reforço das Capacidades para implementação integrada /sinérgica das Convenções do Rio aos três níveis: sistémico, institucional e individual**
6. **Mobilização de fundos**

- Durante a implementação da Estratégia e Plano de Acção NCSA incidir-se-á sobre as acções prioritárias. Esta abordagem consistente irá facilitar a focalização do desenvolvimento das capacidades por domínios prioritários, em função dos actores e das áreas prioritárias.

Domínio 1: Investigação inter disciplinar e integrada

- Contexto

O desenvolvimento de mecanismos de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos conduz a sustentabilidade ambiental. Para responder aos engagements assumidos neste domínio, Cabo Verde terá que reforçar as capacidades a todos os níveis para desenvolver os conhecimentos das vulnerabilidades e definir de medidas de adaptação que concorram para a sustentabilidade ambiental. Para se atingir essa sustentabilidade as Convenções do Rio reservem um papel importante a Investigação em termos de transferência de tecnologias e reforço dos conhecimentos técnicos e científicos.

- Estratégia

Desenvolver linhas de orientações estratégicas para investigação integrada, interdisciplinar e sustentável no domínio ambiental em Cabo Verde, de forma estabelecer sinergias entre as instituições nacionais e regionais de investigação e os utilizadores finais dos resultados das pesquisas.

- Acções recomendadas

Individual

- Adequação eficaz das acções de capacitação ao perfil dos profissionais;
- Especialização nas áreas específicas para implementação das Convenções;
- Criação e Implementação de uma rede nacional de cientistas, investigadores na área ambiental;

Institucional

- Reforço das capacidades de planificação ambiental estratégica;
- Elaboração e implementação de um Plano Estratégico para Ciências, Tecnologia e Inovação, reforçando as capacidades endógenas nacionais e aproveitando os mecanismos de transferência de tecnologias;
- Elaboração de uma estratégia e plano de acção nacional para a investigação integrada, interdisciplinar, sustentável que deve constituir o elemento chave para o desenvolvimento de sinergias ao nível da investigação para a implementação das convenções (EIA, SIG, SAI, etc...);
- Elaboração de um plano de Gestão Integrada das Zonas Costeiras;
- Desenvolvimento das capacidades para reforçar os conhecimentos e técnicas nos domínios da vulcanologia, sismologia, oceanografia, energias renováveis;
- Desenvolvimento de estudos integrados para a identificação de modelos de conservação e utilização sustentável dos RN;
- Elaboração de estudos de inventariação do estado actual do clima e dos ecossistemas em Cabo Verde;
- Elaboração de estudos custos-benefícios da utilização actual dos RN;
- Implementação de uma rede de observação sistemática, simulação e modelação no domínio das Convenções;
- Reforço concertado das capacidades no domínio das negociações internacionais nesta matéria.

Sistémico

- Criação e implementação de um Fundo para Ciências e Tecnologia cujos recursos poderão advir das oportunidades no âmbito das Convenções Internacionais (*MDL/CCC, MM/CCD, Clearinghouse mechanisms /CBD, entre outros, ...*)
- Definição de mecanismos de coordenação, avaliação e monitorização para estabelecer fortes sinergias entre as instituições envolvidas na implementação dos programas e projectos ambientais;
- Integração das iniciativas nacionais nos programas regionais de formação e investigação para a gestão ambiental.
- Dinamizar a participação de Cabo Verde nas iniciativas regionais e internacionais de implementação dos AMA e no reforço das redes de investigação existentes;
- Capitalização de experiências existentes no quadro das 3C;
- Capitalização de boas práticas desenvolvidas no contexto da implementação das três convenções.

-Requisitos

- Elaboração e Implementação de uma estratégia e Plano de Acção Nacional para investigação integrada, interdisciplinar e sustentável;
- Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação.

Domínio 2 : Gestão integrada dos RN

- Contexto

O desafio para Cabo Verde é harmonizar a estratégia de Conservação e Utilização Sustentável dos RN com a sua realidade e necessidades. A política ambiental deverá

promover a continuidade dos processos ecológicos envolventes e a integridade dos elementos que constituem a biodiversidade, e ao mesmo tempo contribuir para o crescimento económico e bem-estar social das populações, sem por em risco o sustento das gerações futuras.

- Estratégia

Gerir os recursos atmosféricos, terrestres, marinhos, da forma mais apropriada para uma produtividade sustentável, mantendo a integridade dos processos naturais e ecológicos e inter relações entre tais sistemas e processos.

- Acções recomendadas

Individual

- Capacitar nas áreas de inventariação, mapeamento, classificação e monitorização dos RN, e promoção de iniciativas de recolha e processamento de dados estatísticos ambientais;
- Consciencialização contra as práticas de utilização dos RN (pesca com dinamite, garrafa de ar comprimido, abuso de fertilizantes, uso inadequado de plantas endémicas medicinais, extracção descontrolada de inertes, má gestão dos resíduos);
- Reforço das capacidades individuais na utilização de ferramentas de animação e capacitação local para a co-gestão, fiscalização e controlo das actividades de usos dos RN;

Institucional

- Capitalização de boas práticas desenvolvidas no contexto da implementação das três convenções;
- Reforço do processo de estabelecimento de novas AP terrestres e marinhas;
- Reforço da rede de Áreas Protegidas;
- Fiscalização integrada e participativa da implementação da legislação nas AP;
- Implementação de projectos para a promoção do eco-turismo sustentável;
- Fomento de aplicações de estudos socio-económicos e biológico das alternativas económicas do sector artesanal (agricultura, pesca e turismo), através de acções de micro-finanças.

Sistémico

- Integração dos planos nacionais de conservação/uso sustentável e gestão integrada de BD e RN nos processos regionais e globais;
- Promover a Bio - economia dos RN
- Dinamização do processo MAB, para as ilhas de Sal, Boavista e Maio
- Promover a Gestão integrada e participativa das Zonas Costeiras, das Bacias Hidrográficas e AP;

-Requisitos

- Elevada vontade política para reforçar a gestão dos recursos naturais;
- Planos de Gestão Integrada dos RN desenvolvidos e implementados para as zonas costeiras, bacias hidrográficas e áreas protegidas;
- Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação;
- Alocação suficiente de recursos para o reforço da sensibilização, conscientização, responsabilização dos sectores governamentais, não governamentais e sector privado.

Domínio 3: Ordenamento do Território

- Contexto

O desenvolvimento económico e social do país passa necessariamente pela conjugação de esforços para a dotação das ilhas de um plano, integrado e sinérgico, de ordenamento do território e de infra - estruturação básica e produtiva que se baseia numa perspectiva de defesa e de protecção do território e dos recursos naturais, numa perspectiva clara de desenvolvimento sustentável. O ordenamento do território é por conseguinte, um dos principais instrumentos de desenvolvimento nas vertentes de sustentabilidade, económica, social e ambiental.

- Estratégia

Instauração de uma abordagem nacional de ordenamento do território que promova a articulação, concertação e coordenação das acções nacionais, sectoriais e municipais, nas vertentes económica, social e ecológica com incidência no território nacional.

- Acções recomendadas

Individual

- Reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais;
- Reforço da formação / capacitação na cartografia, SIG, Sistema de Planeamento e Gestão do Território e gestão dos riscos e calamidades.

Institucional

- Reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais;
- Necessidade de transformar o SIA num instrumento de integração para a IEC ambiental, ordenamento do território, SIG, SSQA(sistema de seguimento da qualidade ambiental) /SS(sistema de seguimento) Ecológico, observação sistemática SGA (sistema de gestão ambiental) empresarial.

Sistémico

- Reforço das capacidades para a implementação integrada e sinérgica do ordenamento do território no âmbito das convenções internacionais, de forma a promover a gestão sustentável dos recursos ambientais;
- Criação da plataforma nacional para a prevenção e gestão de riscos (vulcanologia, sismologia, inundações, derrames,...);
- Necessidade de transformar o SIA num instrumento de integração para a IEC ambiental, ordenamento do território, SIG, SSQA(sistema de seguimento da qualidade ambiental) /SS(sistema de seguimento) Ecológico, observação sistemática SGA (sistema de gestão ambiental) empresarial.

-Requisitos

- Regulamentação e implementação do pacote legislativo actualizado, moderno e adequado, relativo ao ordenamento do território e planeamento urbanístico, cartografia e cadastro, e sua fiscalização;

- Implementação do Plano Nacional do OT tendo em conta **as zonas especiais de planeamento e zonas estratégicas de desenvolvimento**;
- Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação.

Domínio 4: Informação Educação Comunicação Ambiental

- Contexto

- Cabo Verde implementou na década de 90 o PFIE (Programa Regional para Formação Informação e Educação Ambiental) que atingiu resultados satisfatórios em termos de mudanças de atitudes e comportamentos ambientais, especialmente a nível do Ensino Básico Integrado. Esse Processo foi reforçado através de Projectos implementados no âmbito das Convenções do Rio. Registou entretanto que não houve capitalização das experiências referidas.
- O envolvimento das agencias governamentais, não governamentais, sector privado e grupos comunitários, **através de uma estratégia agressiva e sustentável de IEC**, é uma das condições para implementação efectiva do processo de Gestão Ambiental Nacional e Global.
- A Estratégia IEC deve focalizar os eixos prioritários relacionados com a CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTAVEL DOS RN (agricultura, pesca e turismo) e as ÁREAS PROTEGIDAS/ZONAS COSTEIRAS/BACIAS HIDROGRAFICAS.

- Estratégia

Criação de um ambiente propicio para uma elevada consciencização, conhecimento, capacidade e compreensão da inter relação e pertinência da Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

- Acções recomendadas

Individual

- Elaboração e implementação de uma Estratégia Nacional de formação de quadros abrangendo os diferentes níveis;

Institucional

- Desenvolver uma cultura de apresentação de Relatórios entre agencias do Governo;
- Integrar o treinamento ambiental nos curso dirigidos, a nível nacional e local, aos operadores económicos, turísticos, bancários, financeiros, seguros, protecção civil, fiscais, etc...
- Introduzir a temática das convenções ambientais internacionais nos currículos escolares e universitárias;
- Desenvolver um programa nacional que incitava os professores a se envolver em campanhas de consciencização ambiental;
- Mobilizar patrocinadores para os programas ambientas nas medias;
- Estabelecer protocolos de colaboração entre as OSC Ambientais;
- Promover a informação ambiental atempada através dos Web-site nacionais;
- Promover as condições de acesso aos web-sites ambientais para a sociedade civil;

Sistémico

- Elaboração e implementação de um Plano Estratégico Nacional de Formação e Comunicação para o ambiente
- Necessidade de transformar o SIA num instrumento de integração para a IEC ambiental

-Requisitos

- Materiais didácticos ambientais apropriados disponíveis e prontamente acessíveis a custos baixos ou nulos;
- Capacidades institucionais reforçadas para o desenvolvimento, divulgação e apropriação eficiente e dinâmica dos materiais.

Domínio 5: Reforço das Capacidades para implementação integrada /sinérgica das Convenções do Rio aos três níveis: sistémico, institucional e individual

- Contexto

- A implementação das Convenções Internacionais do Rio revela muitas interacções, semelhanças e intersecções. A sua compreensão e apreensão através de uma abordagem integrada e coordenada são susceptíveis de melhorar a eficácia e eficiência. As ligações existentes entre as convenções devem ser entendidas como *oportunidades* favorecendo o desenvolvimento de acções concretas. A implementação das obrigações ou engajamentos das convenções necessita fortes capacidades nacionais e locais de acordo com a importância dos seus objectivos. As Convenções Internacionais já foram implantadas em Cabo Verde há vários anos; no entanto, o problema da coordenação das suas implementações quer separada ou sinérgica não teve ainda solução.
- Neste contexto, o projecto NCSA - GEM, que traduz a vontade do Governo Cabo-verdiano em dar uma importância particular ao reforço das capacidades nacionais, constitui uma oportunidade estratégica para Cabo verde, com o apoio do PNUD - GEF, para reforçar duradouramente as suas capacidades nacionais para a implementação integrada e sinérgica das três Convenções (3C) Internacionais de Rio (CCD, CBD, CCC), no âmbito duma estratégia e plano de acção para a Gestão Global Ambiental em Cabo Verde.

- Estratégia

Reforçar o entendimento, sobre as obrigações, benefícios, oportunidades e recursos disponíveis no âmbito dos AMA, a nível dos dirigentes políticos e administrativos e dos técnicos e quadros nacionais.

- Acções recomendadas

Individual

- Capacitar e incentivar os pontos focais para a disseminação das informações saídas dos encontros e negociações internacionais;
- Criar as condições para evitar a mobilidade de quadros e técnicos das áreas ligadas ao ambiente;

- Facilitar a capitalização, partilha, restituição, socialização das informações e know how no domínio do ambiente.

Institucional

- Implementar estratégias de actuação para um trabalho concertado e sinérgico entre os Pontos Focais Nacionais [GEF (MAA), 3 Convenções (DGASP, DGA, INMG), Pontos Focais de Acordos Internacionais / MNEC] e com o sistema de cooperação internacional bi-lateral e multilateral ;
- Promover discussões e consultas nacionais para participação e envolvimento nos Acordos Multilaterais;
- Garantir uma representação de alto nível técnico-político-jurídico nos encontros/reuniões internacionais;
- Reforçar o trabalho integrado, interdisciplinar, interdepartamental, interinstitucional, partilha de informação e apoio técnico etc...

Sistémico

- Estabelecer mecanismos para inserir informações pertinentes nos processos de planificação integrada;
- Estabelecer mecanismos para o seguimento dos progressos na implementação das obrigações constando nos acordos internacionais;
- Desenvolver mecanismos financeiros para sustentar o reforço das capacidades
- Promover e realizar uma actualização do PANA II para dar resposta aos engagements definidos para a implementação das Convenções Internacionais e a gestão global para o ambiente.
- Reforçar a posição de Cabo Verde no domínio ambiental, enquanto SIDS e membro da AOSIS, de forma a utilizar as oportunidades de financiamento disponibilizadas pelos mecanismos mundiais, no âmbito das Convenções do Rio, nomeadamente, o *MDL/CCC*, *MM/CCD*, *Clearinghouse mechanisms /CBD*....

-Requisitos

- Suporte de alto nível e representação apropriada para as negociações dos Acordos Multilaterais para o Ambiente;
- As capacidades dos departamentos governamentais chaves são desenvolvidas para permitir uma monitorização efectiva e um reforço da legislação;
- Mecanismos são estabelecidos para assegurar uma coordenação e divulgação efectiva da informação;
- Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação.

Domínio 6: Desenvolvimento das Capacidades para Mobilização de fundos

- Contexto

Os custos reais das iniciativas de desenvolvimento devem ter em conta o valor real do uso dos RN. O valor dos bens e serviços para o ambiente é sempre negligenciado na contabilidade nacional e nas decisões nacionais de desenvolvimento.

- Estratégia

Para prossecução e promoção das boas praticas ambientais, recorrer a meios inovadores para mobilizar e gerir recursos financeiros públicos ou privados com a ajuda dos incentivos fiscais ou mecanismos económicos do mercado e a (re) afectação e utilização desses recursos.

- Acções recomendadas

Individual

- Formação / capacitação dos técnicos em negociação internacional
- Desenvolver acções de formação no domínio da formulação de projectos no âmbito dos “*Mecanismos de lobbying e playdoyer para o financiamento do Ambiente*”.

Institucional

- Reforçar as capacidades para identificação das oportunidades e mecanismos de financiamento, para o ambiente, que podem ser aproveitados no âmbito da cooperação internacional;
- Mobilizar os recursos nacionais e internacionais para atingir os objectivos desenvolvimento durável (DD);
- Promover um clima propício para o investimento do sector privado nas tecnologias e desenvolvimento das capacidades nacionais;
- Encorajar as parcerias financeiras e técnicas entre sector público e sector privado;
- Reforçar as capacidades de mobilização de recursos do Fundo Nacional para o Ambiente;
- Implementar programas para execução de actividades concretas no domínio da protecção ambiental.
- Criar linhas de financiamento para a formação especializada (Pós-graduação) nas áreas estratégicas ambientais;
- Alargar as fontes de financiamento nacionais e locais, as acções de preservação e gestão dos RN (por exemplo melhoria dos serviços fiscais, cobrança efectiva da taxas ambientais e revertê-las no fundo nacional e municipal para ambiente, participação do sector privado, envolvimento dos beneficiários).

Sistémico

- Reforçar o acesso de Cabo Verde, aos recursos financeiros, nomeadamente fundos e mecanismos existentes a nível sub-regional, regional e internacional para apoiar o desenvolvimento durável do país : iniciativas africanas, da CPLP e da União Europeia;
- Organizar Fora nacionais para fazer balanços e implementar estratégias de mobilização de recursos e dinamização de parcerias;
- Utilizar o mecanismo de Diálogo Nacional para partilha das oportunidades no domínio das 3C e mobilização de recursos.
- Mobilizar fundos (Fundo Ecológico, Fundo Nacional para o ambiente) para a implementação das 3C, com uma visão estratégica nacional de desenvolvimento sustentável: um plano nacional de desenvolvimento sustentável (PNDS);
- Facilitar o acesso as licenças de exploração de sistemas tecnológicos através de mecanismos tais como os bancos de desenvolvimento regionais;
- Fomentar a criação ou reforço de fundos de apoio a transferência e desenvolvimento de tecnologias para o beneficio de Cabo Verde.

- Requisitos

No âmbito da Governação Nacional para o clima favorável ao desenvolvimento durável:

- O Ministério das Finanças e Ministério da Economia Planeamento deverão integrar a valorização financeira dos Recursos Naturais nos planos e orçamentos nacionais para o desenvolvimento;
- Estabelecer parcerias e sinergias, entre os Ministérios da Economia e Competitividade, Negócios Estrangeiros e Finanças, no processo do desenvolvimento das capacidades nacionais para negociação, mobilização e utilização dos recursos financeiros, no âmbito da graduação económico-social de Cabo Verde e de uma estratégia de gestão ambiental sustentável;
- Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação.

2ª PARTE

PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES NA GESTÃO AMBIENTAL GLOBAL

1. INTRODUÇÃO

- O NCSA – Cabo Verde inclui um Plano de Acção e uma proposta indicativa de custos para sua implementação.

-Alguns elementos para elaboração deste Plano de Acção saíram dos Ateliers Nacionais com os actores - parceiros e com base nas prioridades nacionais chaves.

- É impossível incluir todas as acções e recomendações pertinentes. É obvio que uma vez implementadas as primeiras acções, as outras vão seguir, mas o Plano de Acção promoverá sessões de trabalho e de revisão para sintonizar o Plano e o Sistema de Seguimento e Avaliação.

- O principio fundamental é que o NCSA, mesmo depois da validação do Plano de Acção, permanecerá como um processo continuo.

- Os objectivos chaves do Plano de Acção – NCSA são :

1. Identificação e confirmação dos arranjos institucionais para implementação do PA-NCSA no horizonte inicial de 3 à 5 anos;
2. Reforçar os conhecimentos sobre os objectivos e resultados do NCSA e os mecanismos/instrumentos de implementação do PA-NCSA;
3. Apontar as necessidades chaves de Desenvolvimento das Capacidades, individual, institucional, sistémico aos níveis local, nacional, regional, através de intervenções prioritárias determinantes de acordo com as prioridades transversais, enfatizando a descentralização da utilização e gestão dos RN.

2. VISÃO

Visão de Desenvolvimento

“Um país aberto ao Mundo, um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida”.

Visão Ambiental

“Por uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável”.

Visão do NCSA

Um país fortemente capacitado aos níveis individual, institucional e sistémico, de forma a gerir as questões ambientais prioritárias no âmbito do desenvolvimento sustentável nacional e mundial

O NCSA é uma oportunidade para o país reavaliar a sua política e estratégia ambiental, planificando acções habilitantes e reduzindo as lacunas existentes no sistema nacional. Para tal, é necessário capitalizar as experiências anteriores, no âmbito dos Programas Nacionais e Locais, Actividades e Projectos habilitantes do GEF e outros planos e estratégias.

3. OBJECTIVOS

Objectivo Geral

- Desenvolver e implementar uma política e estratégia de desenvolvimento sustentável, para melhorar a gestão de problemas ambientais globais e nacionais.

Objectivos específicos

- Assegurar uma implementação efectiva e um seguimento eficaz do NCSA;
- Mobilizar o apoio para as acções de desenvolvimento de capacidades;
- Actualizar a legislação existente ou elaborar uma nova legislação para a política e estratégia para o desenvolvimento sustentável terem efeitos;
- Conduzir um reajustamento institucional, incluindo uma reestruturação e reforço das capacidades como parte importante do processo para atingir as metas estabelecidas.

4. RESULTADOS

- Leis e regulamentos ambientais actualizados e reforçados.
- Recursos mobilizados para desenvolver capacidades temáticas ambientais a todos os níveis e sectores;
- Conflitos de mandatos e desentendimentos entre as Agencias–Pontos Focais e Organizações chaves mitigados;
- Redes de Informações e Base de Dados para a Gestão Ambiental viáveis e funcionais para suportar as iniciativas temáticas ambientais;
- Agencias–Pontos Focais, Organizações e Sectores chaves reforçados para recrutamento e manutenção dum staff técnico especializado em Gestão Ambiental;
- Agencias–Pontos Focais, Organizações chaves, Sociedade Civil, Universidades, Industrias e Operadores Económicos, reforçados para executar os seus mandatos com transparência e boa gestão, colaborando e complementando com outras fontes para implementar as temáticas ambientais referidas;
- Agencias–Pontos Focais, Organizações chaves reforçadas para : a Investigação para o Desenvolvimento nas temáticas integradas; boa tomada de decisão; fomentar a participação dos diferentes actores nas acções ligadas a temáticas ambientais; uma comunicação social mais activa; boa gestão dos conflitos; cooperação e negociação internacional mais *agressiva*.

5. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO EM FUNÇÃO DOS PARCEIROS / ACTORES

5.1. Aspectos Práticos do Reforço das capacidades

O reforço das capacidades necessita a procura dos arranjos institucionais que respondem directamente aos objectivos das Convenções. Ele deve ser levado conjuntamente e em relação com as capacidades e experiências locais que se enquadram nas perspectivas de desenvolvimento durável. Neste quadro, os projectos devem servir não só para reforçar as estruturas de decisão e de investigação, mas também para tecer redes de ligações entre as instituições e permitir assim a aquisição de competências comuns.

A identificação das instituições nacionais e das competências do núcleo de coordenação nacional resulta de investigações iniciais, tendo em consideração o carácter pluridisciplinar e multi -sectorial e transversal das Convenções. As instituições e/ou equipas nacionais são envolvidas na implementação das actividades e integram um processo de aprendizagem de “Job-training” favorecendo a aquisição de conhecimentos e saber - fazer, através de trabalhos sobre os diferentes engajamentos das Convenções

A implementação do conjunto de actividades necessárias incumba a Coordenação Nacional com o apoio de assistência técnica nacional ou internacional. Assim a estratégia para o reforço das capacidades deveria permitir identificar a cada sequência:

- *As capacidades necessárias*: conhecimentos (ciências e técnicas ligadas as Convenções tecnologia, organização, planeamento, análise, tomada de decisão, reflexão estratégica, gestão, etc...).

- *Os tipos de actividades por realizar* : pesquisa, transferência/ cooperação tecnológico, decisão, produção/distribuição, coordenação, comunicação, etc...

- *Os actores envolvidos*: administração, empresas, centros de investigação, gabinete de estudos, associações, ONG, etc...

- *As modalidades de reforço das capacidades*: componente capacidades (formação inicial, formação continua, comunicação), componente actividades (formação continua, apoio técnico, arranjos institucionais específicos, procura de sinergias através de redes, *interface*, *parthenariado*).

O reforço das capacidades é um processo de longo prazo que privilegia o desenvolvimento endógena das estruturas nacionais, por conseguinte a visão linear e descontínua dos projectos que tiram recursos/proveitos das estruturas deve ceder o lugar para uma visão mais integrada onde é o projecto que deve se adaptar a estrutura para reforça-la.

5.2. Género de Acções

Durante os ateliers nacionais de priorização das acções, foram definidos domínios prioritários com base nos seguintes aspectos :

- Sectorialidade / transversalidade
- Integração noutras actividades ou projectos habilitantes
- Elaboração de quadros cronológicos diferentes:
 - curto, médio, ou longo termo.
- Envolvimento dos diversos actores:
 - Governamentais e não governamentais, sector privado
- Implicações de variáveis de custos:
 - baixo ou sem custo;
 - económico;
 - geradores de fundos;
 - redistribuição de recursos ;
 - valorização de programas existentes, projectos e planos de trabalho;
 - exigência de novos financiamentos

5.3. Domínios Prioritários : Orçamento Indicativo, Cronograma , Indicadores e Requisitos

Os Domínios / Acções apresentados no Quadro nº 9 tiveram como base os Perfis Temáticos e Relatório de Transversalidade e Sinergia entre as 3C e resultam dos exercícios de priorização realizados nos ateliers nacionais (Praia e Mindelo).

Quadro nº 9 - Domínios Prioritários : Orçamento Indicativo, Cronograma, Indicadores e Requisitos

Domínio / Acções	Actores Chaves	Entidade Responsável	Cronograma Orçamental (em contos)					Total	Indicadores	Requisitos
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5			
D1- Investigação inter disciplinar e integrada								1.110.000		
D1-A1. Promoção da Investigação para o Desenvolvimento Sustentável nas 3 áreas temáticas	INIDA, INMG, INDP, LNEC, INGRH, ISE, ISECMAR, JEAN PIAGET	MEES / PFN C&T - EA	128000	128000	140000	100000	80000	576000	Nº de especialistas nas áreas temáticas Nº de mecanismos e incentivos desenvolvidos	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo
D1-A2. Elaboração e implementação duma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento e Transferência Tecnológica	DGA, INIDA, INMG, DGOT, DGP, Protecção CIVIL, INDP, DGASP, DG-Industria & Energia, LNEC, INGRH, ANMCV, ISE, ISECMAR, JEAN PIAGET, Sector Privado	MEC / PFN - ITC	122000	122000	130000	90000	70000	534000	Estratégia implementada Contratos e protocolos reforçados e cumpridos Nº de indivíduos treinados e nº de tecnologias transferidas	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo
D2- Gestão integrada dos RN								1.640.000		
D2-A1. Desenvolvimento do quadro integrado de adaptação para mitigação das vulnerabilidades	DGA, INIDA, INMG, DGOT, DGP, Protecção Civil, INDP,	MAA / PFN - Convenções & GEF	150000	185000	185000	170000	160000	840000	Programas de mitigação das vulnerabilidades	Existência de suportes político,

ambientais	DGASP, INERF, ONG's, DG-Industria & Energia, LNEC, INGRH, ANMCV ISE, ISECMAR, JEAN PIAGET, Sector Privado									implementados	técnico e financeiro para o processo
D2-A2. Implementação de Planos de Gestão Integrada e Participativa das ZC, BH, AP	DGA, INIDA, INMG, DGOT, DGP, Protecção Civil, INDP, DGASP, ONG's, LNEC, INGRH, ANMCV Sector Privado	MAA / PFN - Convenções & GEF	150000	150000	200000	200000	100000	800000	Nº de Planos de Gestão Integrada e Participativa das ZC, BH, AP implementados	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo	
D3 - Ordenamento do Território									620.000		
D3-A1. implementação duma estratégia de <i>playdoyer</i> para uma gestão e planeamento territorial apropriada	DGOT, DGA, DGP, Protecção Civil, DG Industria & Energia, ANMCV, ONG's, Sector Privado, DG -Infra-estruturas, CV - Investimentos	MDOT / PFN - OT	70000	70000	50000	50000	50000	290000	Um quadro institucional para a gestão do território apropriado implementado	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo	
D3-A2. Reforço do Sistema Nacional de Informação e Gestão Ambiental	DGA, INIDA, INMG, DGOT, DGP, Protecção Civil, INDP,	MAA / PFN - Convenções & GEF	80000	90000	60000	50000	50000	330000	Sistema de informação para a utilização e gestão	Existência de suportes político, técnico e	

	DGASP, INERF, ONG's, DG-Industria & Energia, LNEC, INGRH, ANMCV ISE, ISECMAR, JEAN PIAGET, Sector Privado									sustentável do território ampliado Capacidades individuais e institucionais reforçadas Sistema Nacional de Informação e Gestão Ambiental implementada	financeiro para o processo
D4 – Informação Educação Comunicação Ambiental									980.000		
D4-A1. Desenvolvimento e implementação de uma estratégia nacional de IEC ambiental no âmbito das 3 Convenções	DGA, INIDA, INMG, DGOT, DGP, Protecção Civil, INDP, DGASP, INERF, ONG's, DG-Industria & Energia, LNEC, INGRH, ANMCV ISE, ISECMAR, JEAN PIAGET, Sector Privado	MEES / PFN – EA – C&T	150000	200000	200000	150000	150000	850000	Uma estratégia nacional de IEC ambiental no âmbito das 3 Convenções implementada Programas de IEC desenvolvidos e implementados O Nível de conscientização e conhecimento de grupos alvo aumentado	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo	

D4-A2. Transformação do SIA num instrumento de IEC Ambiental	DGA, INIDA, INMG, DGOT, DGP, Protecção Civil, INDP, DGASP, INERF, ONG's, DG-Industria & Energia, LNEC, INGRH, ANMCV, ISE, ISECMAR, JEAN PIAGET, Sector Privado	MAA / PFN - Convenções & GEF	40000	30000	20000	20000	20000	130000	Um sistema integrado e sinérgico de informação para a gestão ambiental efectivamente implementado	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo
D5. Reforço das Capacidades para implementação integrada /sinérgica das Convenções do Rio										
920.000										
D5 - A1. Reforçar a posição de Cabo Verde no domínio ambiental, enquanto SIDS e membro da AOSIS, de forma a utilizar as oportunidades de financiamento disponibilizadas pelos mecanismos mundiais, no âmbito das Convenções do Rio, nomeadamente o MDL/CCC, MM/CCD, Clearinghouse mechanisms /CBD	DGCInternacional, DGP, DGA, DGPOG, INMG, INDP, DGASP, Sector Privado, ANMCV, ONG's	MNEC / PFN – Acordos Internacionais	100000	150000	90000	80000	80000	500000	Posição de Cabo Verde reforçada	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo
D5-A2. Desenvolvimento duma estratégia nacional para integração sinérgica das Convenções do Rio nos Programas Nacionais	DGP, DGA, DGPOG, DG-Saúde, GEP-MEES, Protecção Civil, ANMCV,	MFAP / PFN - PO	40000	40000	30000	20000	20000	150000	Convenções do Rio integrados nos Programas Nacionais	Existência de suportes político, técnico e

de Desenvolvimento	ONG's, Pontos Focais das Convenções.										financeiro para o processo
D5-A3. Criação de uma Autoridade Nacional de Coordenação das 3 Convenções do Rio	MEC, MS, MITM, MEES, MDOT, MNEC, MFAP, MJ	MAA / PFN – Convenções & GEF	40000	80000	20000	20000	20000	180000	Uma Entidade Nacional gera as Convenções	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo	
D5-A4. Implementação duma rede institucional de agencias governamentais, sectores e sociedade civil, para adopção de politicas e estratégias comuns para o Desenvolvimento Sustentável	MEC, MS, MITM, MEES, MDOT, MNEC, MFAP, MJ, ONG's, ANMCV, Sector Privado	MFAP / PFN - PO	30000	20000	20000	10000	10000	90000	Mecanismos standards da Rede institucional implementados	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo	
D6.Desenvolvimento das Capacidades para mobilização de fundos									750.000		
D6-A1. Desenvolvimento de Programas e Parternariados para a cooperação internacional	MEC, MS, MITM, MEES, MDOT, MNEC, MFAP, MJ	MNEC / PFN – Acordos Internacionais	100000	150000	90000	80000	80000	500000	Um documento estratégico produzido e implementado	Existência de suportes político, técnico e financeiro para o processo	
D6-A2. Implementar estratégia e mecanismos de mobilização de financiamentos para fundos e programas ambientais	MEC, MFAP, MEES, MAA, MDOT, MITM, MS	MNEC / PFN – Acordos Internacionais	50000	50000	50000	50000	50000	250000	Uma estratégia de mobilização de fundos elaborada e implementada	Existência de suportes político, técnico e financeiro	

										Atracção dos fundos internacionais para a gestão ambiental efectiva	para o processo
TOTAL GERAL :										6.020.000 USD	

6. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO NCSA

6.1. Enquadramento

- O Plano de Acção define um programa de actividades que requer a participação dos actores governamentais, não governamentais, organizações comunitárias de base, cidadãos, sector privado e parceiros de desenvolvimento. **O Plano de Acção contempla seis (6) domínios cujas acções serão implementadas no espaço temporal de 3 a 5 anos.**

A implementação do Plano de Acção requer o engajamento político ao mais alto nível no sentido de facilitar e sustentar uma participação coordenada das Agencias-Pontos Focais Nacionais. É também imprescindível definir as regras de participação igualitária de todos os actores / parceiros. O Plano de Acção na sua integridade ou parcialmente, será convertido em proposta global ou propostas de projectos que serão submetidas aos diferentes dispositivos e mecanismos financeiros para implementação sustentável das acções.

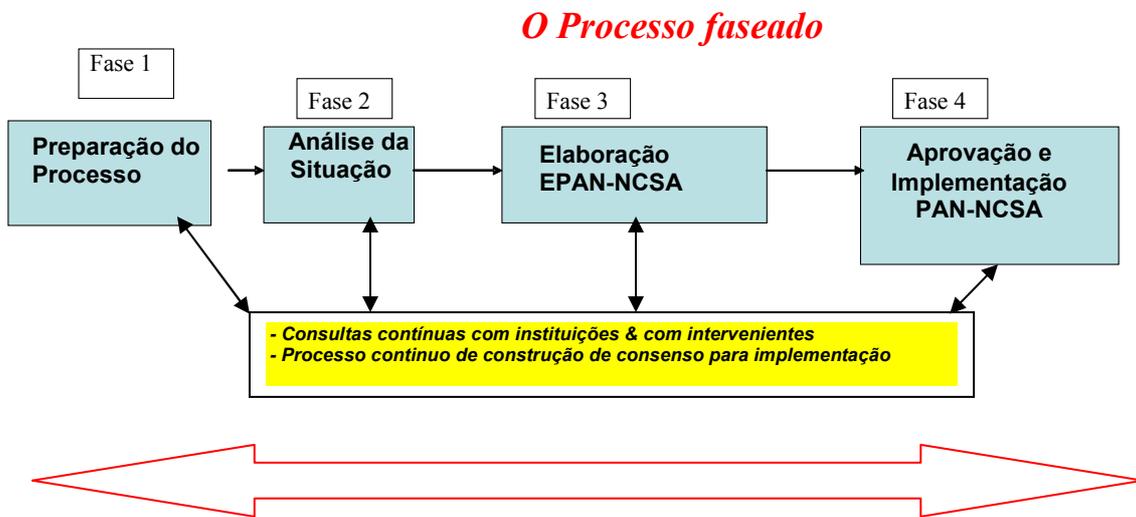
- O Desenvolvimento das Capacidades, de acordo com o Processo NCSA, abrange diferentes aspectos, nomeadamente :

- Uma boa preparação do Processo;
- Facilitação do Processos de Avaliação e Planificação;
- Utilização e integração de outras actividades habilitantes, estratégias e programas;
- Confirmação das prioridades ambientais estratégicas;
- Avaliação aprofundada das necessidades de capacitação de acordo com as prioridades;
- Planificação um programa de acções para desenvolvimento das capacidades;
- Aprovação e apoio para implementação do PAN-NCSA

Figura 7 - Processo NCSA – Etapas para DC



Figura 8 - EPAN-NCSA



6.2. Estratégia de Implementação

Estratégia de implementação devera basear-se nos elementos-chaves seguintes :

- Definir as responsabilidades dos actores / parceiros chaves;
- Identificar os actores / parceiros chaves;
- Elaborar o plano de implementação;

e ter em conta os requisitos seguintes :

- Adoptar os procedimentos de gestão do plano
 - controle, supervisão, administração
 - comunicação, seguimento, relatório
 - avaliação, revisão

- Implementar um plano de negócios
 - recursos necessários, inputs, custos
 - plano de mobilização dos recursos
 - fontes, planificação
 - gestão dos riscos

Planificação da Implementação

Um elemento chave para garantir a implementação é a participação. Os vários actores e intervenientes devem estar engajados no processo desde a fase de planificação, à fase de desenvolvimento da estratégia e à fase da implementação. Isso será útil para gerar ideias e obter a apropriação e compromisso para implementar o plano de acção resultante.

O processo NCSA terá que estar ligado às actividades das instituições chaves e deve incluir um plano de financiamento para garantir a sua implementação. Isso sugere a importância de se envolver as instituições governamentais chaves no desenvolvimento do PAN-NCSA, que constituirá uma prioridade nas próprias agendas. É também importante envolver o sector privado e as organizações da sociedade civil, neste processo. Cada sector e cada interveniente deve ser esclarecido quanto ao seu papel e responsabilidades na implementação do PAN-NCSA.

6.3. Estratégia de monitorização e avaliação

6.3.1. Monitorização

Ele é um elemento essencial da implementação e revisão do PAN-NCSA.

O objectivo principal do sistema de monitorização do PAN-NCSA é assegurar que a sua implementação a nível nacional e local, seja efectiva. Para que isso aconteça é necessário que o desenvolvimento das capacidades atinge os níveis individual, institucional e sistémico e sejam encontrados os incentivos estimulantes do processo.

O sistema de monitorização a ser implementado deve ser transparente e com uma ampla divulgação dos resultados, para facilitar uma aprendizagem contínua, de todos os actores / parceiros chaves, sobre os aspectos ambientais e as modalidades de implementação do PAN-NCSA.

O sistema de monitorização a ser estabelecido e implementado terá que ter em conta as duas vertentes :

- *Monitorização do progresso*

As actividades, os avanços de programas e projectos específicos de desenvolvimento das capacidades nos domínios prioritários, o envolvimento dos actores/parceiros chaves, são seguidos periodicamente, de forma sistemática e registados através dos relatórios de progresso. **Os planos de trabalho, incluindo os cronogramas e matrizes dos indicadores de progresso integrantes do PAN-NCSA, servirão de base para a monitorização.**

- Monitorização do impacto

As acções de desenvolvimento das capacidades aos diferentes níveis devem contribuir a gestão ambiental sustentável.

No quadro da implementação do PAN-NCSA devem ser definidos indicadores que irão apoiar a medição do impacto do Desenvolvimento das Capacidades no reforço da gestão ambiental sustentável de Cabo Verde.

6.3.2. Avaliação

Antes de se proceder à revisão do PAN-NCSA, cada domínio e programa, será objecto de uma avaliação continua. Nesta avaliação, os resultados de monitorização serão comparados com os objectivos identificados no PAN-NCSA.

A avaliação continua do PAN-NCSA ajudará a determinar os aspectos da implementação do processo NCSA-CV, incidindo nos factores de êxito ou de insucesso da execução, incluindo o aspecto da sustentabilidade.

6.3.3. Conclusões

A Organização líder ou Entidade Responsável para assegurar a implementação do PAN-NCSA, devera ser também responsabilizada para assegurar o seguimento sistemático e reporting no quadro do PAN-NCSA. Os TdR para actuação da Organização líder deverão ser elaborados, de acordo com os indicadores do Sistema de S & E. Os relatórios anuais deverão ser elaborados incluindo uma análise da performance em relação aos indicadores, assim como uma avaliação do envolvimento sinérgico dos actores / parceiros chaves e também a performance da execução do orçamento.

A avaliação a meio-percurso deverá ter lugar no terceiro ano para apoiar os reajustes do PAN-NCSA

3ª PARTE

ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA COORDENAÇÃO E implementação DO PROCESSO EPAN-NCSA

1. DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Para tornar operacional um quadro institucional adequado para a implementação das Convenções, além do apoio financeiro e da aquisição dos conhecimentos e do saber - fazer, é preciso *catalizar* a forma como os actores - parceiros se organizam e se coordenam para definir os programas de trabalho, produzir os serviços, partilhar as informações, cooperar, tomar decisões, vulgarizar os resultados. Neste contexto, o reforço das capacidades parece mais com arranjos institucionais, considerando que são diferentes organizações e instituições que tem uma intervenção nos campos das Convenções. Daí a colocação de um conjunto de questões:

- . Quais estruturas escolher?
- . Que tipos de relações fomentar entre essas estruturas?
- . Qual abordagem adoptar nas investigações?

A escolha das estruturas não só deverá obedecer a critérios de elegibilidade bem definidos mas também identificar os vectores de reforço em termos de potencialidades institucionais, de competências existentes e de comportamento institucional (atitude progressista, comportamento participativo, vontade de sinergia, ...). A observação das tendências dá mais ênfase a apreciação das competências (grau de formação, experiência profissional, publicações) e ao estatuto jurídico (administração, associação, ONG, empresa) que, ao que parece, não são muito determinantes. Pois, não se trata só de implementar uma equipa de competências para dispor de uma garantia de sucesso.

As relações que devem ditar o trabalho em equipa / núcleo nacional, se fundam em primeiro lugar nas relações sócias de parceria baseadas na confiança e cujo racionalidade vai para além da competência dos seus membros. Essas relações devem ser estabelecidas na transparência, no reconhecimento das competências distintas de cada parceiro – actor e na equidade da partilha dos resultados. Neste contexto, a Coordenação Nacional tem um papel fundamental tanto ao nível da definição dos TdR como ao nível da partilha dos resultados. Ela não deve se impor de uma forma hierárquica, mas sobretudo ter uma margem de flexibilidade e de abertura com base os TdR estabelecidos (entre e com as entidades parceiras) que constituem a “*base contratual*”.

Relativamente a estratégia a adoptar, não existe obviamente um *modelo standard*, mas sim *abordagens* que tomam em conta a situação particular dos actores / parceiros presentes, dos objectivos visados e da natureza das actividades a serem levadas a cabo.

2. IDENTIFICAÇÃO DOS ACTORES / PARCEIROS – CHAVES

Introdução

O encorajamento de uma implementação participada do PAN-NCSA, vem uma vez mais chamar a atenção para a necessidade do envolvimento activo do cidadão visando o assegurar da sustentabilidade a longo prazo.

Após largos anos de experiência no domínio ambiental, é visível que o envolvimento dos actores/parceiros neste âmbito tem de ser ainda aprofundado e que a lacuna existente em termos de desenvolvimento da capacidades pode travar, por vezes, o avanço dos planos nacionais para a gestão ambiental. Além disso, a constituição de redes e a formação de verdadeiras parcerias exige meios financeiros substanciais e um período de preparação relativamente longo.

Reconhecendo que a gestão ambiental sustentável exige um esforço conjunto e a devida articulação e concertação entre os actores/parceiros e uma intervenção eficiente por parte dos diferentes intervenientes, evidencia-se que o alcance dos objectivos traçados no âmbito do PAN-NCSA só é possível através de uma actuação eficaz de cada actor/parceiro - chave envolvido e da sinergia requerida entre as instituições.

Baseada na experiência e condução de processos participativos em vários planos e projectos tanto nacionais como internacionais ir-se-á apresentar uma proposta de envolvimento dos actores/parceiros no âmbito da implementação do PAN-NCSA. Pela abrangência da problemática são de particular interesse os actores/parceiros governamentais, não governamentais, o sector privado, entre outros (**ver o quadro nº 4 a seguir**).

Quadro 10 - Actores / Parceiros - chaves na implementação das Convenções do Rio

Instituição	Missão e atribuições	Razões da implicação da instituição	Sua contribuição no processo de Implementação das Convenções do Rio (Assessoria técnica, Seguimento, Avaliação, Fiscalização consulta, elaboração de relatórios, fornecimento de dados, financiamento)
Direcção Geral do Ambiente	A Direcção Geral do Ambiente é um serviço central do Ministério do Ambiente, Agricultura (MAA) com funções de concepção, execução e coordenação em matéria de ambiente e recursos naturais.	<p>Ponto Focal Nacional Convenções do Rio;</p> <p>Participação na avaliação de estudos de impacte ambiental;</p> <p>Elaboração das políticas e estratégias ambientais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
Direcção Geral do Planeamento	A DGP é o um Serviço Central no MFAP, com funções de planeamento, seguimento e avaliação	<p><i>Ponto Focal de Programas Nacionais de Desenvolvimento</i></p> <p>Participação nas negociações bi- e multi - laterais</p> <p>Participação nos processos ligados ao PND, DECRP, OMD, GAO, Graduação de CV, e outras iniciativas</p> <p>Participação na elaboração e</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados

		implementação das políticas e estratégias nacionais	
Direcção Geral da Cooperação Internacional	A DGCI é um Serviço Central do MNEC, com funções de mobilização de parcerias e financiamentos	<p><i>Ponto Focal para seguimento e avaliação dos acordos e protocolos internacionais assinados por CV</i></p> <p>Participação nas negociações bi- e multi - laterais</p> <p>Participação na elaboração e implementação das políticas e estratégias nacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização de Financiamentos - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
Direcção Geral das Infra-estruturas	A DGI é um Serviço Central do MITM, com funções de elaborar e dar parecer nos projectos nacionais e locais; implementar, executar, fiscalizar as medias, grandes obras de infra -estruturação do país.	<p>Participação na elaboração e implementação das políticas e estratégias nacionais</p> <p>Participação nos estudos e avaliações dos impactos ambientais;</p> <p>Participação nas negociações bi- e multi - laterais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fiscalização, Seguimento, Avaliação - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
INIDA	Seguimento dos aspectos biológicos e ecológicos dos ecossistemas naturais terrestres.	Observação e Seguimento da evolução dos ecossistemas naturais (SID, SIG, ROSELT);	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios

		<p>Avaliação e estudos de impactos ambientais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Investigação - Fornecimento de dados - Financiamento
<p>Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica - INMG</p>	<p>O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica é responsável pelo estudo, promoção, coordenação e execução das medidas e acções da política governamental no domínio da meteorologia e geofísica;</p> <p>São atribuições do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica;</p> <p>A instalação e desenvolvimento de sistemas nacionais de informação e vigilância meteorológica, geofísica e qualidade do ar;</p> <p>Recolha, tratamento, análise e o fornecimento de dados nos domínios da meteorologia da qualidade do ar e da geofísica aos diferentes agentes económicos nacionais e estrangeiros.</p>	<p>Ponto Focal da CCC Completa, organiza e assegura o funcionamento da rede de observações e de telecomunicações da vigilância meteorológica, geofísica e qualidade do ar;</p> <p>Promove e desenvolve estudos e pesquisas e difunde informações que permitam auxiliar as diversas actividades que necessitam dessas informações;</p> <p>Divulga conhecimentos técnicos disponíveis no âmbito das suas atribuições;</p> <p>Colabora com todos os serviços públicos ou privados e organismos de investigação nas áreas ou actividades relacionadas com as suas atribuições.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados - Estabelecimento da cooperação com estruturas locais e nacionais com responsabilidade na matéria - Incitação de parcerias internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional no domínio da meteorologia e seguimento climático.

<p>Direcção Geral do Ordenamento do Território</p>	<p>A Direcção Geral do Ordenamento do Território parte integrante do Ministério da Descentralização, Ordenamento do Território e Habitat, tem funções de concepção, execução e coordenação em matéria de ordenamento do território nacional.</p>	<p>Integração dos aspectos de adaptação aos riscos ambientais na política e estratégia nacional em matéria de (re) ordenamento do território;</p> <p>Participação nos estudos e avaliações dos impactos ambientais;</p> <p>Participação activa nas redes de observação sistemática ecológica e ambiental (SIG, ROSELT, SIA);</p> <p>Propostas de estratégias e medidas para (re) ordenamentos dos espaços com riscos em parceria com SNPC e as CM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios - Seguimento, avaliação, Fiscalização
<p>Serviço Nacional da Protecção Civil</p>	<p>Implementação da política do Governo em matéria da protecção civil a nível nacional e municipal, estudo e prevenção de riscos naturais e tecnológicos, integração das acções da protecção civil em planos, programas e projectos de âmbito nacional, regional e internacional com vista à</p>	<p>É a estrutura nacional que se ocupa da integração das problemáticas dos riscos e vulnerabilidade ambientais na política da protecção civil em Cabo Verde à qual o governo dotou de todos os instrumentos necessários para a prevenção e redução dos riscos naturais e tecnológicos, devendo trabalhar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Estabelecimento da cooperação com estruturas locais e nacionais com

	redução dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, informação e sensibilização pública nos domínios da prevenção e preparação em caso de acidentes graves, catástrofes e calamidades.	em permanente concertação e coordenação com outras entidades públicas e privadas com responsabilidades na matéria. Além disso, o SNPC constitui o elemento central de todo o sistema nacional da protecção civil, devido à sua missão de dinamizar e catalisar todo o esforço nacional com o fito de redução dos riscos e dos desastres.	responsabilidade na matéria de redução de riscos e desastres - Incitação de parcerias internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional em matéria de protecção civil e redução dos riscos
INDP	- Sob a tutela do Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar, o INDP está encarregado dos estudos e pesquisas que interessam a evolução haliêutica ao longo da ZEE cabo-verdiana e da pesca deste potencial. Faz a análise do contexto físico e fisiológico do litoral (oceanografia física e biológica). - Seguimento dos aspectos biológicos e ecológicos dos ecossistemas naturais marinhas.	Participação na avaliação dos impactos possíveis da erosão, degradação e das MC sobre as zonas costeiras cabo-verdianas e sobre os recursos haliêuticos e as opções de adaptação a esses impactos.	- Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
DGASP	Implementação da política do Governo nos domínios da agricultura e desenvolvimento	- Integração do aspecto adaptação aos riscos ligados a desertificação na política	- Financiamento - Assessoria técnica

	<p>rural. Encarregada de conceber a estratégia de desenvolvimento nos diferentes sectores, de determinar as orientações e implementar acções que assegurem e valorizem a exploração racional dos recursos agrícolas.</p> <p>Elaboração da estratégia de preservação e desenvolvimento das florestas. Estabelecimento e execução de políticas, estratégias e programas de luta contra a desertificação.</p>	<p>nacional em matéria de agricultura.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implicação na implementação da CCD - Envolvimento nas políticas de exploração e conservação das terras. - Parte integrante na elaboração e implementação de estratégias de adaptação a desertificação - Participação nos estudos do sector florestal face aos riscos de desertificação e na definição de planos de arborização, reflorestação, conservação de solos e águas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados
<p>INERF</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição especializada na Engenharia Rural e Florestal - Executora dos programas e projectos de CSA em concertação com a DGASP - Executora dos projectos de perfuração de furos e outras infra estruturas específicas para captação e armazenagem de água 	<ul style="list-style-type: none"> - Apesar de ser objecto de uma reestruturação funcional e operacional e / ou redimensionamento institucional, o INERF capitaliza uma <i>expertise nacional</i> forte nas suas áreas de actuação. - Participação nas actividades / iniciativas / projectos no âmbito da implementação da CCD e na gestão ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria e execução técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados

Direcção Geral da Indústria e Energia	<p>Elaboração e implementação de políticas governamentais no domínio da indústria, energia, minas e geologia.</p> <p>Sedeado no Ministério da Economia e Competitividade. O seu papel é a difusão e promoção das energias. Assegura a produção, o transporte e a distribuição da energia eléctrica no território nacional</p>	Papel na política nacional ambiental, em matéria de energias renováveis e projectos de investigação e desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento - Assessoria técnica - Fornecimento de dados
LNEC	Laboratório especializado no domínio das infra-estruturas (estradas, barragens, portos)	A sua base de dados é utilizada para a concepção de infra-estruturas de base do país. Será útil na compreensão do fenómeno da desertificação e das mudanças climáticas reais constatadas nos últimos anos e os seus impactos nos sistemas hídricos, solos e zonas costeiras.	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados
INGRH	Elaboração e implementação da política governamental em matéria de planificação, de mobilização, de gestão e preservação das águas,	- Integração na política e estratégia de gestão e de planificação dos recursos hídricos.	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação

	ordenamento das grandes obras hidráulicas, sua manutenção e gestão.	- Participação nos estudos de vulnerabilidade dos recursos hídricos e opções de adaptação ambientais.	- Fornecimento de dados
- ELECTRA & Câmaras Municipais / SAA	Planificação e aprovisionamento em água potável, bem como a distribuição, passando pelas fases de estudo, concepção, realização, gestão e exploração das unidades de produção e distribuição e do controlo da qualidade das águas e a protecção dos recursos.	- Participação nos estudos de vulnerabilidade dos recursos hídricos e opções de adaptação ambientais. - Participação política nacional ambiental, em matéria de energias renováveis e projectos de investigação - desenvolvimento	- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Elaboração de relatórios - Financiamento de Programas / Projectos (Electra)
- Câmaras Municipais (CM)	Entidades de poder local com atribuições e responsabilidades, em parceria com serviços desconcentrados do estado, nos sectores ligados ao ambiente, saúde, agricultura, florestas, mar, meteorologia, protecção civil, energia, água, ordenamento do território e habitat.	- Implementação e acompanhamento ao nível local, das estratégias nacionais de luta contra a desertificação - Participação nos estudos de avaliação da vulnerabilidade dos espaços com riscos e sectores vulneráveis e na elaboração de medidas de adaptação. - Participação nos estudos de ordenamento do território (espaço rural e urbano)	- Fornecimento de dados - Elaboração de relatórios - Seguimento, avaliação, Fiscalização

<p>Sector Privado</p> <p>Associações Comerciais e Industriais, Empresas Comerciais, Empresa / Grupos Industriais, Empresas de Construção Civil, Sociedades Petrolíferas/Gás, Sociedades / Empresas de Produção e Distribuição Energéticas (Convencionais e Renováveis);</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento económico - Desenvolver e reforçar os sectores comerciais, industriais - Participar e contribuir no crescimento económico e aumento da competitividade nacional - Fomentar / participar na transferência de Tecnologias e “<i>know-how</i>” 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação e contribuição no reforço do sector comercial, do tecido industrial nacional - Desenvolvimento socio-económico - Contribuição na transferência de tecnologias modernas adaptadas ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, exploração das terras e conservação dos solos e águas - Desenvolvimento do sector das Energias Renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de dados - Consulta e elaboração de relatórios - Assessoria técnica - Investigação - Financiamento de “processos” ligados à transferência de tecnologias modernas e de protecção / conservação ambiental

<p>Institutos Superiores de Ensino e Investigação: ISE, ISECMAR, INIDA, JEAN PIAGET</p>	<p>Instituições superiores de ensino e Investigação que lidam directa ou indirectamente com as problemáticas ambientais, implementação das Convenções, Gestão dos RH, observação sistemática dos ecossistemas.</p>	<p>- Participação na avaliação da vulnerabilidade e dos riscos ambientais e elaboração de medidas de adaptação; - Realização de estudos geológicos, geográficos, bio geográficos, biológicos e climatológicos ;</p>	<p>- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios - Investigação</p>
<p>ONG's</p>	<p>Estudos, Inquéritos e Pesquisas no domínio ambiental, da gestão dos RN e das energias renováveis assim como participação em projectos ligadas as Convenções de Rio</p>	<p>- Experiência da sociedade civil e a sua participação na implementação CCD e outras Convenções Ambientais - Participação na problemática da Gestão dos RN - Divulgação da informação sobre as Convenções de Rio e a problemática da Gestão Ambiental.</p>	<p>- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios</p>
<p>Gabinetes de Estudos Técnicos e Científicos</p>	<p>Gabinetes de Estudos dotados de uma experiência nos domínios ambientais, ordenamento do território, observação sistemática.</p>	<p>“Expertise” nacional permitindo apoiar os estudos, avaliações e projectos ligados a gestão ambiental, ordenamento do território, gestão dos RN.</p>	<p>- Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios</p>

3. POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO EPAN-NCSA

3.1. Introdução

Caixa 1. Garantia de implementação

Sem dúvida as maiores preocupações da Equipa de Consultores NCSA é fazer o levantamento das necessidades de DC para que o PAN-NCSA não permaneça na gaveta, que seja uma perda de tempo, ou que seja apenas mais um relatório.

A Equipa trabalhou afincadamente para garantir que o documento EPAN-NCSA seja ÚTIL e que sejam apresentadas alternativas para a sua implementação.

Para a elaboração do Plano de Acção foram produzidos vários documentos importantes. Entretanto, após a análise de vários planos nacionais e regionais a Equipa de Consultores que trabalhou o EPAN-NCSA, chegou a conclusão que frequentemente permanece uma lacuna entre a maior parte dos documentos de Planos de Acções e a implementação. Mesmo quando foram elaborados e se encontram disponíveis bons planos nacionais para apoiar o país na orientação dos objectivos ambientais de forma integrada, são raramente utilizados da forma como foram planeados.

A Equipa de Consultores NCSA deseja assegurar que o PAN-NCSA seja implementado de forma sustentável, para tal propõe medidas práticas e novas abordagens de forma a garantir que sejam atingíveis a consecução dos objectivos e a quantificação dos resultados do PA para os próximos cinco anos.

3.2. Propostas de Estratégias de Coordenação e Implementação

Caixa 2. Recomendações para as opções de implementação do PAN-NCSA

Os Consultores recomendam, durante a selecção da opção final, que sejam considerados os seguintes aspectos :

- Avaliação dos constrangimentos devidos as lacunas de implementação dos planos anteriores;
- Comparação dos pros e contras de cada opção;
- Tomada em conta dos resultados das discussões havidas com os diferentes parceiros e actores.

A coordenação final, implementação e monitorização das estruturas e estratégias são definidas pela Organização líder, responsável pela implementação do PA-NCSA. Esta secção apresenta 3 Opções de estruturas para a implementação do PAN-NCSA:

Opção 1: Um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Capacidades para a Gestão Ambiental, constituindo uma comissão do Comité de Pilotagem NCSA, com atribuições para o seguimento da implementação do PAN-NCSA ;

Opção 2 : Um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Capacidades para a Gestão Ambiental, autónomo e com atribuições para o seguimento da implementação do PAN-NCSA ;

Opção 3 : Uma Organização Independente para o Desenvolvimento das Capacidades para a Gestão Ambiental, será contratada pelo Ministérios da tutela, com atribuições para o seguimento da implementação do PAN-NCSA.

Seja qual for a opção de implementação escolhida, os seguintes requisitos são as chaves do sucesso :

- O processo devera ser conduzido pelo país de forma participativa e socializado, de modo a se atingir a apropriação continua pelos diferentes actores/ parceiros chaves;
- O engajamento e suporte político de alto nível para o desenvolvimento das capacidades para gestão ambiental, deverão ser demonstrados através da mobilização sustentável de recursos para implementação do PAN-NCSA;
- Assumindo que o desenvolvimento das capacidades para gestão ambiental é uma parte integrante dos programas ambientais, a maior parte das acções propostas pelo PAN-NCSA pode e deverá ser implementada através dos actuais e futuros programas de suporte financeiro;
- Agências governamentais, ONG's, sector privado e grupos comunitários devem ser habilitados para participar na implementação do PAN-NCSA e beneficiados pelo desenvolvimento das capacidades para gestão ambiental.

4. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO EPAN-NCSA

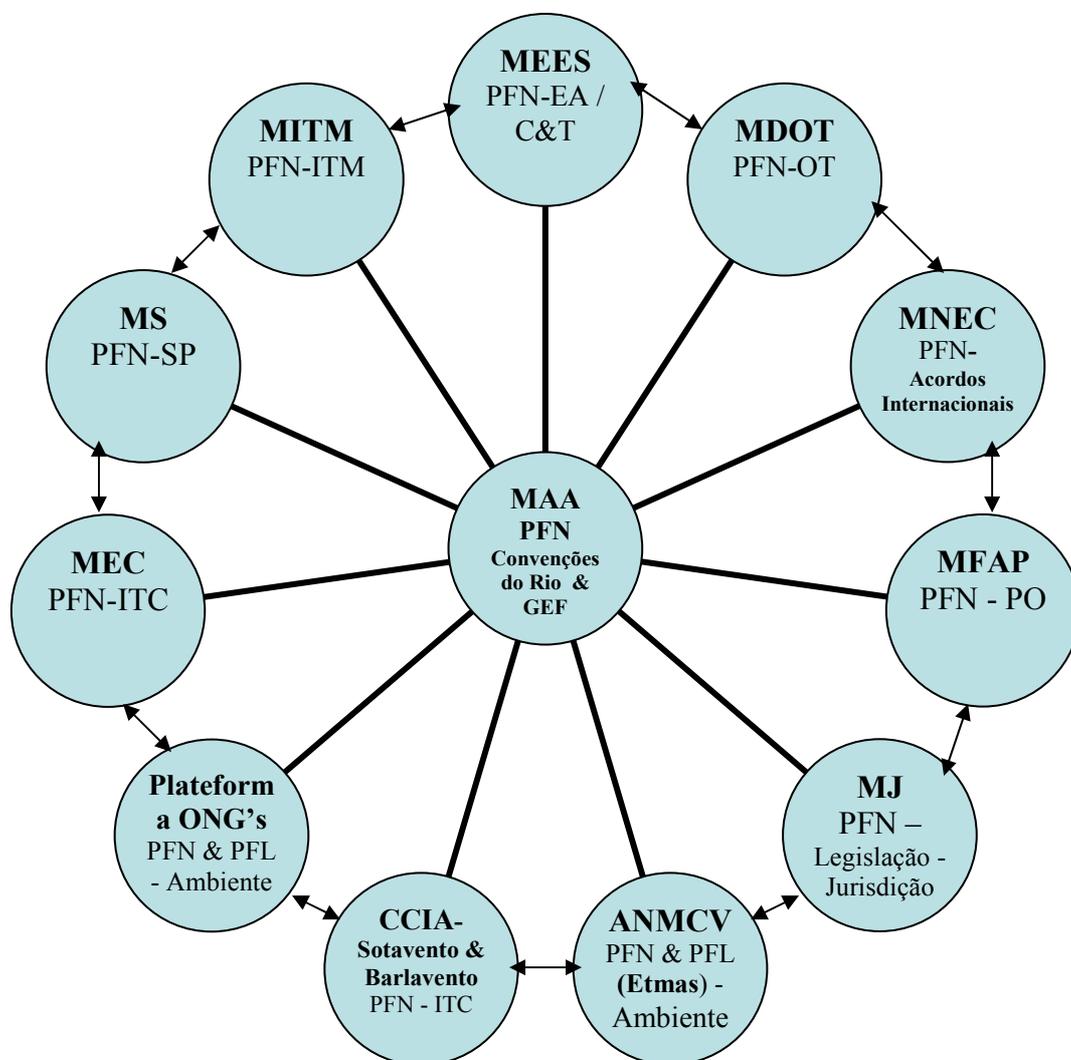
4.1. Requisitos

- A elaboração da PAN-NCSA exige um esforço conjunto de articulação e concertação entre os actores / parceiros chaves e uma intervenção eficiente e eficaz por parte dos mesmos, perspectiva-se que o alcance dos objectivos traçados no âmbito do processo NCSA só será possível através de uma actuação eficaz de cada actor envolvido e da sinergia resultante da interacção entre as instituições.
- A parceria no domínio da implementação do PAN-NCSA é fundamental tendo em conta que o processo de Desenvolvimento das Capacidades atravessa todos os sectores. Em consequência, as diferentes instituições devem ser implicadas de modo a participarem nas actividades habilitantes de planificação e criação de capacidades endógenas, nos diferentes domínios prioritários do PAN-NCSA que facilitarão a aplicação de medidas de reacção eficazes, conforme o estabelecido nas Convenções do Rio.

4.2. Propostas

Tendo constado a existência de lacunas e disfuncionamentos institucionais durante a implementação de certos planos de acção nacionais e a necessidade de rever os mecanismos existentes, com objectivo de se atingir uma implementação efectiva e durável do PAN-NCSA, passa a propor um mecanismo de implementação e coordenação do PAN-NCSA

Figura 9 - Proposta de um mecanismo de coordenação e implementação do EPAN-NCSA



Legenda

- MAA : Ministério do Ambiente e Agricultura
- MEES : Ministério Educação e Ensino Superior
- MITM : Ministério das Infra-estruturas Transportes e Mar
- MS : Ministério de Saúde
- MDOT : Ministério da Descentralização, Ordenamento do Território e Habitat
- MJ : Ministério da Justiça
- MNEC : Ministério dos Negócios Estrangeiras e Comunidades
- MEC : Ministério de Economia, Crescimento e competitividade
- CCIA : Câmara de Comercio Industria e Agricultura
- ANMCV : Associação Nacional do Municipios de Cabo Verde
- PFN : Ponto Focal Nacional
- ITC : Industria Turismo e Comercio
- SP : Saúde Publica
- C&T : Ciências e tecnologia
- PO : Planeamento e Orçamento
- EA – C&T : Educação Ambiental / Ciências e Tecnologia

RECOMENDAÇÕES

Apresenta-se os próximos passos a serem dados para a coordenação e implementação do EPAN-NCSA:

1. Garantir um suporte de político de alto nível para a gestão do processo (*playdoyer/lobbying junto das mais altas autoridades governamentais do país e dos parceiros estratégicos de desenvolvimento*);
2. Escolher a opção para a estrutura de coordenação e implementação do EPAN-NCSA ou a combinação das opções apresentadas;
3. Elaborar os TDR para a organização ou entidade líder do processo de coordenação e implementação do EPAN-NCSA, incluindo todos os requisitos organizacionais e operacionais;
4. Elaborar e divulgar brochuras NCSA de informação sobre as (oportunidades) das Convenções de Rio e um Manual de Procedimentos integrando o papel e responsabilidades dos actores/parceiros chaves no desenvolvimento das capacidades para a gestão ambiental;
5. Procurar fundos para a instalação da estrutura/organização responsável pela implementação do EPAN-NCSA e procurar fundos operacionais para as acções específicas propostas no Plano. Algumas fontes de financiamento podem ser abordadas nomeadamente: (1) Os orçamentos nacionais; (2) Fundos e programas País – do sistema das NU; (3) Fundos do GEF; (4) Fundo para o Ambiente; (5) Mecanismos financeiros Inovadores no âmbito das Convenções.

CONCLUSÃO GERAL

A sustentabilidade da implementação do EPAN no âmbito do processo NCSA é condicionada por alguns riscos, nomeadamente:

- Mudanças ou revisões institucionais;
- Necessário enquadramento no novo sistema de gestão para o apoio orçamental com obrigação de apresentação de resultados sustentáveis;
- Capacidade de resposta do País tendo em conta a sua graduação para PDM;
- Consistência e viabilidade a longo prazo das Convenções do Rio.

Esses riscos devem ser deliberadamente considerados nas opções governamentais, em como as capacidades prioritárias podem ser desenvolvidas, os mecanismos de sustentabilidade e mobilização de fundos podem ser alargados/ampliados e o desenho do sistema de seguimento e avaliação nacional pode ser implementado de forma a permitir a avaliação do progresso do desenvolvimento das capacidades no país.

Esses riscos poderão ser mitigados para a sustentabilidade do Processo NCSA através de implementação de : (1) Uma estratégia NCSA de Mobilização de Recursos; (2) Uma Estratégia de Comunicação e Integração Estratégica do NCSA com o SIA e IEC; (3) Uma Estratégia PAN-NCSA para a investigação integrada, interdisciplinar e sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- Governo de Cabo Verde**, Constituição da República de Cabo Verde, 1994
- Governo de Cabo Verde**, Programa do Governo da VI Legislatura, 2001-2005
- Governo de Cabo Verde**, Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005
- SEPA**, Inventário da emissão de gases com efeito de estufa , 1995
- INIDA**, Primeira Lista vermelha de Cabo Verde, 1999
- United Nations** - *Is a special treatment of Small Island developing States possible?* (United Nations Conference on Trade and Development), 2004
- UNDP** – Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2006 – A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água, 2006
- UNCTD** -“Developing Productive Capacities. The least Development Countries – Report 2006.
- MFDR – (Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional), Cabo Verde** - Crescimento, Emprego, Rendimentos e Pobreza em Cabo Verde (elementos de análise), 2004; Crescimento, Emprego, e Políticas de Redução da Pobreza em Cabo Verde, 2004; Actividades Económicas das Populações Rurais e o seu Acesso à Terra, 2004
- MNEC / MFAP – Cabo Verde** - Rapport sur la réunion de Présentation de la Stratégie de sortie en douceur du Cap Vert de la catégorie de PMA. Praia, 30 – 31 Mai 2006.
- Oliveira Santos J.F.** - Gestão Ambiental, INUAF – Instituto Superior Dom Afonso III,2005.
- UNDP**- The Sustainable Difference – Energy and Environment to achieve the MDGs, 2005.
- MFP (Ministério das Finanças e Planeamento), Cabo Verde** – Documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza (DECRP), 2004.
- FAO, Projecto FAO/TCP/CVI3002** - Ateliers Regionais: Apoio à revisão da legislação e à reforma das Instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras, propostas de solução, 2006.
- GOCV- NU, 2004** - Rapport OMD – CV : une évaluation des efforts accomplis
- DGASP / MCA-CV** - Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza,, 2005

FEM, PNUD, PNUE - Kit des Ressources pour l'Auto-Evaluation des Capacités à Renforcer – ANCR-GEM - Programme Mondial d'Appui au Renforcement des Capacités, Septembre 2005.

GRI, Programa para um melhor aplicação da Agenda 21. 1997

INE, Recenseamento Geral da População e Habitação. 2001

INGRH, Política Nacional de Saneamento Proposta, 2002.

INIDA, Estudo 1 Biodiversidade Terrestre 1998.

MAAA, Plano Director de Irrigação, 1997.

MIT, I Fórum Nacional do Ordenamento do Território. 2001.

INDP - Programa Nacional de Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha – PNIBDM, 2000.

SEPA, Quadro Político, Legislativo e dos Recursos Humanos Afectos à Área das Mudanças Climáticas - 1998

SEPA, Comunicação Nacional Mudanças Climáticas , 1999

SEPA, Convenção sobre Mudanças Climáticas , 1998

SEPA, Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre Mudanças Climáticas, 2000

SEPA, Inventário da Emissão de Gases com Efeito de Estufa , 1998

SEPA, Inventário da Emissão de Gases com Efeito de Estufa em Cabo Verde - Sector Não Energético, 1998

SEPA, Inventário da Emissão de Gases com Efeito de Estufa em Cabo Verde - Sector Energético, 1998

SEPA, Inventário Nacional das Emissões de Gases com Efeito de Estufa - Sector da Agricultura, 1998

SEPA, Inventário Nacional das Emissões de Gases com Efeito de Estufa - Sector das Florestas, 1998

SEPA, Inventário das Emissões de Gases com Efeito de Estufa em Cabo Verde- Resíduos, 1998

SEPA, Análise de vulnerabilidade e adaptação da agricultura face as Mudanças Climáticas, 1999

SEPA, Análise de vulnerabilidade e adaptação das zonas costeiras face as Mudanças Climáticas, 1999

SEPA, Análise de vulnerabilidade e adaptação dos recursos hídricos face as Mudanças Climáticas, 1999

- SEPA**, Estimativa da emissão e captação do CO₂ – Sector florestal, SEPA-1999
- SEPA**, Análise de vulnerabilidade e adaptação das florestas face as Mudanças Climáticas, 1999
- SEPA**, Observação Sistemática - Organização do Sistema de Recolha de Dados, das Telecomunicações e da Investigação Climática, 2001;
- SEPA**, Mecanismos de Adaptação às Mudanças Climáticas - Programa de investigação e transferência de tecnologia, 2001;
- SEPA**, Análise de vulnerabilidade e adaptação da agricultura face as Mudanças Climáticas, SEPA-1999
- SEPA**, Observação sistemáticas Organização do sistema de recolha de dados das telecomunicações e da investigação climática, 2001
- SEPA**, Energia, Ambiente e Desenvolvimento em Cabo Verde – Mecanismos de adaptação e Desenvolvimento de Tecnologias num quadro de um Sistema Nacional de Inovação, 2001
- DGA**, Perfil ambiental de Cabo Verde, 2004
- INDP/SEPA** - Estudo: A diversidade biológica marinha de Cabo Verde: Analise e hierarquização das pressões humanas sobre a diversidade biológica marinha e identificação das prioridades para sua conservação e utilização sustentável, 1999.
- SEPA** , Estratégia e Plano de Acção Sobre a Biodiversidade - ENPA-DB,1999.
- Anibal Delgado Medina, Maria Helena Santa Rita Vieira e Patrício Querido Varela** - II Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde, DGA, 2002.
- Leão Carvalho e Sonia Araújo** - III Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde, DGA, 2006.
- SEPA** - Estudo da Biodiversidade Terrestre, 1999.
- INDP/SEPA** - Estudo da Biodiversidade Marinha, 1999.
- Sonia Elsy Merino** - PERFIL TEMÁTICO NA AREA DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE : Analise da Situação em relação às obrigações e compromissos no âmbito da Convenção sobre Biodiversidade Biológica; NCSA – GEM - CABO VERDE; Novembro 2006.
- Charles Yvon Rocha** – PERFIL TEMÁTICO NA ÁREA DA DESERTIFICAÇÃO / DEGRADAÇÃO DAS TERRAS : Analise da Situação em relação às obrigações e compromissos no âmbito da UNCCD; NCSA – GEM - CABO VERDE; Novembro 2006.
- Arlinda Duarte Neves** - PERFIL TEMÁTICO NA ÁREA DAS MUDANÇAS CLIMATICAS : Analise da Situação em relação às obrigações e compromissos no âmbito da UNFCC; NCSA – GEM - CABO VERDE; Novembro 2006.

Charles Yvon Rocha; Sónia Elsy Merino; Arlinda Duarte Neves - RELATÓRIO DE TRANVERSALIDADE E SINERGIA ENTRE AS TRÊS CONVENÇÕES DE RIO (CCD, CBD, CCC) ;- NCSA – GEM - CABO VERDE; Abril de 2007.

Cissé Mamadou - Intégration des questions nationales relatives à l'environnement dans les conventions internationales. ANCR-GEM / PNUD-FEM, Mars 2005.

Kouassi Kouadio Clément - Besoins et priorités de la Cote d'Ivoire en matière de renforcement des capacités dans le domaine de la désertification / dégradation des terres, Mars 2005.

NCSA – GEM SEYCHELLES - Strategic Overview of obligations under the Convention to Combat Desertification, June 2004.

NCSA – GEM SEYCHELLES - Strategic Overview of obligations under the Convention on Biological Diversity, June 2004.

BELIZE – NCSA : Action Plan for Environmental Capacity Development – November 2005.

JAMAICA - National Action Plan – NCSA, September 2005.

THE NCSA Document of the PHILIPPINES : Volumes I - V; GOP, UNDP, GEF – 2005.

ANTIGUA & BARBUDA – Environmental Management Strategy and Action Plan 2004 – 2009; August 2004.

SEYCHELLES – NCSA – Action Plan for Environmental Capacity Development – May 2005.

GHANA's – NCSA REPORT, Capacity Needs for Global Environmental Management, October 2005.

MAAP-CV, PNUD-GEF, GTZ - Plantas endémicas e arvores indígenas de Cabo Verde, 2003.

GOCV, PNUD/UNSO - Documents du Projet d'Appui à la Mise en oeuvre de la CCD et du PAN-LCD, Phases I et II, Octobre 1995 et Septembre 1999.

SEPA - Plano de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação (PAN -LCD), 2000.

Presidência do Conselho dos Ministros – SEPA - Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação nos países gravemente afectados pela seca e/ou pela desertificação particularmente em Africa. (Tradução em língua Portuguesa do MPAAR / SEPA) Praia, Março 1995.

SP-CCD, IFAD, PNUA - Centro para o Nosso Futuro Comum - Prioridade à Terra : Guia simplificado para a Convenção de Luta contra a Desertificação, Junho 1995.

MAAA-CV / SEPA - Guia Metodológico de implementação dos projectos de luta contra a desertificação em Cabo Verde, 2000.

SEPA / MAAA - Mise en oeuvre de la Convention Internationale de Lutte contre la Désertification au Cap Vert (Deuxième Conférence des Parties – Dakar, 30 novembre – 11 décembre 1998)

SEPA/ MAAA - Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção Internacional de Luta Contra a Desertificação (CoP- Recife, 15-26 de Novembro de 1999) ; Rapport National sur la mise en oeuvre de la Convention Internationale de Lutte contre la Désertification (Juin 1999)

DGA / MAP - Relatório Nacional da Implementação da Convenção Internacional da Luta contra a Desertificação - Praia, Abril 2002

DGA / MAAP - III Rapport National – Mise en oeuvre de la Convention des Nations Unies de Lutte contre la Désertification, Praia, Décembre 2004.

UNCCD - Les Connaissances traditionnelles, Rapport du Groupe spécial, Conférence des Parties, CST, Recife, 16-18 Novembre 1999.

Patrício Varela, Yaya Konaté - Avaliação do Impacto das Micro-Realizações MAP / DGA – Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – LCD, Julho 2002.

Eddy De Laethauwer - Rapport de Mission sur l’Inventaire de l’information existante sur la problématique de la lutte contre la désertification au Cap Vert y inclus les techniques traditionnelles. PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAP / SEPA, Junho de 2001

Eddy De Laethauwer - Rapport de Mission sur le Système de suivi et évaluation des projets-pilotes (Première Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Julho de 2000

Eddy De Laethauwer - Rapport de Mission sur le Système de suivi et évaluation des projets-pilotes (Deuxième Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Novembro de 2000.

Eddy De Laethauwer - Manual de utilização (1º Versão), Sistema de seguimento e avaliação dos projectos-pilotos (Deuxième Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA / SEPA, Novembro de 2000.

Maria Luísa Lobo e Jacques de Pina Tavares - Actividades de Luta contra a Desertificação diagnosticadas no PAN-LCD por Bacias Hidrográficas e/ou Grupo de Bacias, MAAA/SEPA, Maio de 1999.

Câmara Municipal de S. Miguel, SEPA/MAAA - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01; Novembro de 1997.

Câmara Municipal de S. Catarina, SEPA/MAAA - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01. Novembro de 1997.

Câmara Municipal de S. Cruz, SEPA/MAAA - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01. Novembro de 1997.

Maria Luísa Lobo Lima - Relatório de Missão: Conferencia Preparatória da Primeira Reunião do CRIC, Windoek, Namibia, 15-19 de Julho de 2002. MAP / DGA

Maria Luísa Lobo Lima - Relatório de Missão: Conferencia Regional Africana Preparatória da COP4/CCD, Argel, Argélia, 22-24 de Outubro de 2000. MAAA / SEPA.

MAP / SEPA - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/99/XOI – Appui à la mise en oeuvre de la CCD, Phase II, Réunion Tripartite, Juillet 2001

MAAA/SEPA - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/99/002 – Appui préliminaire du PNUD à la Protection de l’Environnement – DAP, CVI/99/002, Janvier 2000 – Décembre 2000.

MAAA/SEPA - Document de Synthèse de certaines activités réalisées en 1999 par le Projet PNUD/UNSO-SEPA-CVI/99/XOI, Mise en oeuvre de la CCD, PAN-LCD, Mai 2000.

MAAA / SEPA - Rapport Final du Projet PNUD-UNSO-CVI/95/XOI-CCD, Junho 1999

MAAA / SEPA - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/95/XOI – Appui à la mise en oeuvre de la CCD; Octobre 1995 – Octobre 1998.

SEPA - Estratégia Nacional e Plano de Acção para o Combate as Mudanças Climáticas (CCC),

MAP / DGA – Projecto CVI/97/G33-FMA/PNUD - Material de sensibilização e informações sobre Mudanças Climáticas, Agosto 2002

MAAA / SEPA - Inventario das emissões dos gases com efeito de estufa em Cabo Verde, 1995.

UNDP, MAA/ INMG -Enabling activities for the preparation of Cape Verde second national communication to the UNFCCC, 2006.

MAAP / DGA - Documento de Síntese do PANA II , 2004 - 2014

MAAP / DGA - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2004.

MAAP / DGA - PANA Estratégico, 2002

GEP/ MAP - Plano de Acção Nacional para o Ambiente –PANA II (estruturante) , 2004-2014
GEP/ MAP - Planos Ambientais Intersectoriais –PAIS (9), 2004.

GEP/ MAP - Planos Ambientais Municipais –PAM (17), 2004.

Terreiro Almeida, Teresa Paula, Mecilde Tavares, Oksana Tariche e Auxilia Correia - Estudo Plano Nacional de Gestão Pesqueira, DGA/DGP/INDP, 2004.

José Maria Semedo e Samuel Gomes. - Estudo de Impacto Ambiental da Apanha de Areia em Cabo Verde, DGA, 2004

Miguel António Ramos - Estudo temático “Legislação, regulamentação e instrumentos de fiscalização no sector ambiental”, PANA II, MAAP – GEP,2003

Aníbal Medina e Dário Évora - Estudo de Base Sobre o Sistema Nacional de Seguimento da Qualidade Ambiental –SSQA em Cabo Verde, DGA, 2003.

MAP/GEP, Leão Carvalho, Margarida Santos Varela, Jan Van Dijk, Maria da Cruz Gomes Soares, Luísa Oliveira - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, 2004.

MAAP/GEP, Paulo E. P. Ferreira e David M. F. Carvalho - Métodos alternativos de controlo e limitação da utilização de areia na construção civil e obras públicas, 2004.

MAP/GEP, Edna Duarte Lopes e Júlia Alves - Estudo de base impacto do PANA II sobre género e pobreza, 2004.

MAP/GEP, Edgar Pinto, Ben Van Baren - Analise e desenvolvimento institucional do sector de ambiente em Cabo Verde, 2004.

Arlinda Duarte Neves e Luísa Lomba Morais - Estudo sobre tipos de actividades rurais e a degradação ambiental, MAAA / SEPA, Cooperação Francesa, MORABI, Julho de 1997.

CESE e ASSOCIADOS, estudos e consultoria Lda. - Estudo de impacte ambiental da Aldeia Turística Aldeias de Salamansa (São Vicente), 2004.

MAAP; FAO – Agricultura e Pescas : Estratégia de Desenvolvimento no horizonte 2015 e pano de Acção 2005-2008; Resumo (V5-2004).

MAP, CONACILSS, CNASA, DDSA – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar Durável – ENSA (2003-2015) e Programa Quinquenal Alimentar – PSA (2003-2007), Setembro 2002.

Programa Integrado de Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza na Bacia Hidrográfica do Paul - Estudo de impactes ambientais, 2006.

OSS - Observatoire du Sahara et du Sahel - Le Foncier et la gestion des ressources naturelles dans les zones arides et semi-arides d’Afrique du Nord (Compte rendu des débats et des recommandations de l’atelier sous-régional, Tunis, 20-22 Mai 1996), Octobre 1996.

MAA/ DGA - II relatório, Implementação do Sistema de informação geográfica para a gestão da Áreas Protegidas de Serra Malagueta (ilha de Santiago) e Monte Gordo (ilha de São Nicolau), 2005.

DGA, PNUD e Maria do Rosário Partidário - Relatório do curso de formação sobre avaliação estratégica de impactes realizado na cidade da Praia, 7-11 Outubro de 2002

João Francisco Caíres e Associados - Plano estratégico para o desenvolvimento turístico da ilha do Maio, 2004.

MAP, SEPA, PNUD Projecto CVI/00/G41, Biodiversidade - Relatório atelier nacional para a criação e gestão participativa das áreas protegidas, 2001.

MAAP - Relatório do Plano de Área de Irrigação da Barragem de Poilão, Santiago, Cabo Verde.

Publicações PNUE - Les Femmes et l’Environnement, 2004.

Maria Cristina Reis Lima Duarte - Tese Doutoramento, Vegetação de Santiago, apontamento histórico, composição florística e interpretação ecológica das comunidades, 1998.

José Maria Semedo e Arlinda Neves - Relatório Nacional para a Cimeira do Desenvolvimento Durável em Joanesburgo, 2002.

Luísa Borges e Raquel Medina, em elaboração - Protocolo de Cartagena: *INVENTÁRIO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL EXISTENTE RELACIONADA COM A BIOTECNOLOGIA E BIOSSEGURANÇA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE CARTAGENA.*

Projecto FAO/TCP/CVI/3002 - Ateliers Regionais : Apoio à revisão da legislação e da reforma das instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras – Propostas de solução, Junho 2006.

Nations Unies - Rapport de la Réunion internationale chargée d'examiner la mise en oeuvre du Programme d'action pour le Développement Durable des petits Etats Insulaires en développement, Port-Louis (Maurice), 10-14 Janvier 2005.

UICN, PNUE, WWF - Stratégie Mondiale de la Conservation, 1980.

UICN-BRAO, GWP-WAWP, CILSS – Eau, Changement Climatique et Désertification en Afrique de l'Ouest: Stratégie Régionale de Préparation et d'Adaptation, Ouagadougou, Octobre 2003.

MAAP / DGA - Perfil ambiental de Cabo Verde, 2004.

Governo de Cabo Verde e ONU - Relatório do Governo de Cabo Verde sobre a implementação dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, 2004.

Governo de Cabo Verde - O Plano Nacional de Desenvolvimento e as Grandes Opções do Plano 2000-2006.

Ministério das Finanças e Planeamento (MFP) - Documento de estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP), 2004.

PNUD, GEF, PNUE - Projecto Autoavaliação Nacional de Capacidades para a Gestão Ambiental Global (NCSA), 2004.

Governo de Cabo Verde e WWF - Projecto Conservação Marinha e Costeira de Cabo Verde, 2005.

Ministério e Recursos Naturais de Portugal - Plano Nacional da política de ambiente de Portugal, 1995.

Secretaria de Estado dos RN, Energia e Industria, DGA - Plano Nacional de Gestão Ambiental de Guiné-Bissau, 2004.

Cap Vert – Communauté Européenne - Document de Stratégie de coopération pour la période 2001 – 2007.

Nações Unidas – Cabo Verde - Plano Quadro das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento – Setembro de 2002.

PNUD - CAP VERT – Rapport Annuel 2002

MAAP – Cabo Verde - Estratégias para o desenvolvimento rural – horizonte 2015 e Plano de acção 2005-2008.

DGASP/ MCA, Cabo Verde - Programa Integrado para o desenvolvimento agrícola e redução da pobreza; Março de 2005.

WWF, WCPA, IUCN, 2001. The Status of Natural Resources on the high sea,

UNEP. The Millennium Ecosystem Assessment

UNEP-CBD. As resoluções e acordos das Conferencias das partes (COPs)

UNEP, UN, CBD, 2006. Handbook on Biological diversity

RAMAO do PRCM, de Reforço dos novos esforços de criação de AMP em Africa do Oeste, 2004.

PRCM,. Programa Regional para a Gestão do Ambiente Marinho e Costeiro de Africa Ocidental (PRCM) 2003

PRCM, Estratégia de Áreas Marinhas Protegidas da Africa Ocidental 2003.

WWF/PRCM,. Estratégia Regional para a Conservação das Tartarugas Marinhas, TOMAO, 2000.

CD consultados

Suivi – Evaluation (Monitoring – Evaluation) : Indicateurs d’impact et de mise en

œuvre des PAN-LCD – Concepts et expériences en Afrique, Asie et Amérique

Latine – OSS, CILSS, SE/CCD, GTZ - 5^{ème} COP / CCD – Genève, Octobre 2001.

Lutte contre la désertification dans les projets de développement – CSFD – Groupe AFD. Mai 2002.

Combating Desertification – BMZ, German Development Cooperation Projects to Combat Desertification, 2003.

Sommet Mondial pour le Développement Durable – Johannesburg – Afrique du Sud, 2002.

Documentation Technique de la JGRC : Générer l’Abondance dans le Sahel par la lutte contre la désertification, mars 2001.

UNESCO-MAB, BMZ, Zones Arides et Désertification, Institut du Sahel, OSS, 2001

Lutte contre la Désertification : conservation et développement des ressources des terres arides, FAO, 1998.

Web Site INTERNET consultados

www.UNCCD.org

www.sia.cv

www.millenniumassessment.org

www.ine.cv

<http://www.conservation.org/>

<http://www.ecotour.org/>

<http://www.world-tourism.org/>

<http://www.uneptie.org/>

<http://www.newtourism.com/>

<http://www.conservation.org/>

<http://www.biodiv.org>